



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVI — N.º 88

TÉRÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1971

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer ao Projeto de Lei n.º 11, de 1971 (CN), que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

ÍNDICE DAS EMENDAS, POR ORDEM ALFABÉTICA DOS AUTORES

Deputado Brígido Tinoco — 3 — 6 — 7
— 9 — 12 — 13 — 14 — 16 — 17 (9)
Deputado JG de Araújo Jorge — 1 —
2 — 5 — 8 — 11 — 15 — 18 (7)
Senador João Calmon — 4 — 10 — 19
(3)

Obs.: Todas as Emendas apresentadas foram aceitas, preliminarmente, pelo Presidente da Comissão.

N.º 1

Acrescente-se ao art. 1.º o seguinte parágrafo 2.º, passando o parágrafo único para o 1.º:

“§ 2.º — Complementam os Símbolos Nacionais e merecerão, por isto, culto cívico especial:

- I — o Hino da Independência;
- II — o Hino da Proclamação da República;
- III — o Hino à Bandeira.”

Justificação

Considerados como complementos dos Símbolos Nacionais pela presente lei, o Hino da Independência (música atribuída a D. Pedro I e a Marcos Antônio Portugal e letra de Evaristo da Veiga), o Hino da Proclamação da República (música de Leopoldo Miguez e letra de Medeiros e Albuquerque) e o Hino à Bandeira (música de Francisco Braga e letra de Olavo Bilac), pela expressão cívica que en-

cerram, pela vinculação a episódios marcantes de nossa História, pela exaltação da liberdade e do regime democrático, por serem afinal cantos patrióticos, deverão ser estudados e entoados nas escolas de 1.º grau.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 1971. — Deputado JG de Araújo Jorge.

N.º 2

O parágrafo único do art. 2.º passará a ter a seguinte redação:

Parágrafo único — Ocorrendo fato ou causa que determine ou justifique alterações nos Símbolos Nacionais, designará o Poder Executivo uma Comissão composta de 7 (sete) membros: os Ministros da Educação e Cultura, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, dois Parlamentares integrantes das Comissões de Educação e Cultura da Câmara e do Senado e um Professor de História do Brasil, do Colégio Pedro II.”

Justificação

O projeto em causa, submetido ao Congresso para sua aprovação, obviamente reconhece no Poder Legislativo sua indispensável participação. Deste modo, se qualquer modificação tiver que ser feita na lei, nada mais natural que seja ouvido também o Poder Legislativo, ao qual foi submetida para receber emendas e aprovação, tanto mais quanto dispõe o mesmo de Comissões de Educação e Cultura, próprias para tal missão.

Quanto à sugestão para a inclusão de um Professor de História do Brasil do Colégio Pedro II, seria não apenas uma deferência ao centenário e tradicional estabelecimento “padrão” mas uma justa homenagem ao Ma-

gistério brasileiro que teria também seu representante, e a oportunidade de colaborar num problema de natureza cívico-cultural, inteiramente de sua alçada.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 1971. — Deputado JG de Araújo Jorge.

N.º 3

O parágrafo único do art. 2.º, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único — Ocorrendo fato ou causa que justifique alterações nos Símbolos Nacionais, o Poder Executivo designará representantes, respectivamente, dos Ministros da Marinha, do Exército, da Educação e Cultura, da Aeronáutica e do Congresso Nacional (um da Câmara dos Deputados e outro do Senado Federal), para que componham comissão de 6 (seis) membros, a qual, sob a presidência do primeiro, deverá propor as necessárias modificações ao Presidente da República.”

Justificação

A emenda não modifica, apenas, a redação do parágrafo único. Aumenta o número da comissão para seis, porquanto não pode ser olvidado, em tal conjuntura, o Congresso Nacional, onde as leis são elaboradas.

Acresce, ainda, que a citação dos Ministérios deve obedecer à ordem de precedência, ditada por sua criação. Dêsse modo, a presidência da Comissão deve pertencer ao Ministério da Marinha, tanto mais que se trata de assunto ligado diretamente às Forças Armadas.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Deputado Brígido Tinoco.



EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ARNALDO GOMES

SUPERINTENDENTE

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI

Chefe da Divisão Industrial

ANTONINO OLAVO DE ALMEIDA

Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

N.º 4

Ao art. 3.º:

Onde se lê: "podendo ser atualizada..."

Leia-se: "devendo ser atualizada..."

Justificação

As alterações decorrentes da criação de novas unidades da Federação devem ser obrigatórias e não facultativas.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Senador **João Calmon**.

N.º 5

Acrescente-se o seguinte parágrafo 1.º, ao art. 6.º, passando o parágrafo único a parágrafo 2.º:

"§ 1.º — O Hino Nacional, considerado como um símbolo especial dadas as características de sua composição (música e poesia, com autores, e direitos autorais à sua criação artística, não poderá sofrer alterações, não se enquadrando pois, no que dispõe o parágrafo único do art. 2.º da presente lei."

Justificação

A propósito do projeto em tramitação nesta Casa, que cogita de alterações na letra do Hino Nacional, já tive oportunidade de declarar na Comissão de Constituição e Justiça meu voto contrário, porque, como afirmei, "poesia não se faz por lei", e é preciso que se respeite a obra do autor dos versos, já falecido.

O tão visado verso "deitado eternamente em berço esplêndido" é uma de suas mais belas figurações. Nada há de pejorativo na expressão "deitado em berço esplêndido". Tata-se do reconhecimento de uma verdade natural. O que o poeta expressa, em imagem lírica e o que pretende dizer

é que somos "nascidos em berço esplêndido", isto é, num País de belezas e riquezas inumeráveis. O verbo **deitado** possui semântica poética e não significa necessariamente estar realmente deitado, muito menos dormindo, mas **estendido** no sentido longitudinal de nossa extensão continental.

Ou se substituiria totalmente a letra do Hino Nacional, à base de um **referendum** popular e por um concurso de letras feitas por poetas, ou ninguém tem o direito de modificar a que foi escrita por Osório Duque Estrada. Do mesmo modo, sua música. E eu acrescentaria a necessidade de se acabar de uma vez para sempre com essa idéia de se pretender alterar o nosso Hino, vinculado ao nosso espírito e sentimento desde a infância, quando o aprendemos a cantar e a amá-lo, quase instintivamente, tocados pela sua beleza, sem condições então de compreendê-lo inteiramente em tantos vocábulos e imagens de seus versos. É um patrimônio cultural e sentimental que merece ser preservado, e não se deve admitir alterações, quaisquer que elas sejam, que o desfigurariam e mutilariam. O Hino Nacional que tanto nos toca é, sob este ponto de vista, intocável.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 1971. — Deputado **JG de Araújo Jorge**.

N.º 6

Acrescente-se mais um parágrafo no artigo 6.º:

"§ 2.º — Dê-se a seguinte redação a este verso do Hino Nacional: "Brilhou em nosso céu naquele instante."

Justificação

A redação proposta deve substituir, em obediência ao vernáculo, este ver-

so constante do Hino Nacional: "Brilhou no céu da Pátria neste instante".

Os pronomes demonstrativos **isto**, **este**, **esta**, referem-se à primeira pessoa, isto é, o ser de que se fala está próximo à pessoa que fala. Exemplo: "Este anel no meu dedo..."

Os demonstrativos **isso**, **esse**, **essa**, aludem à segunda pessoa. Mostram que o ser de que se fala está próximo à pessoa com quem se fala. Exemplo: "Essa bomba que você tem nas mãos é de alto poder explosivo".

Já os pronomes **aquilo**, **aquêle**, **aquela**, dirigem-se à terceira pessoa, indicando que o ser de que se fala está distante das duas primeiras pessoas. Veja-se o trecho do célebre romance de José de Alencar: "Além, muito além daquela serra que ainda azula no horizonte..."

Isto pôsto, em nosso Hino Nacional, o vocábulo **nesse** deve ser substituído por **naquele**.

Em obediência ao ritmo musical e à pureza do verso, assim deve ficar: "Brilhou em nosso céu naquele instante".

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Deputado **Brigido Tinoco**.

N.º 7

O item IV do art. 9.º passa a ter a seguinte redação:

"IV — Far-se-á a distribuição das letras de acôrdo com o modelo indicado no Anexo n.º 10."

Justificação

A modificação torna o item mais positivo em seu contexto.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Deputado **Brigido Tinoco**.

N.º 8

O art. 11 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 11 — A Bandeira Nacional pode ser usada em tôdas as manifestações de sentimento patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular, desde que em solenidades e festejos cuja expressão, significado cívico ou importância, justifiquem a sua presença."

Justificação

Cumpramos valorizar a presença do Pavilhão Nacional, impedindo-se o seu uso indiscriminado, que, ao invés de exaltá-lo, o diminui em ocasiões sem maior significado, como se fosse uma flâmula qualquer. Justifica-se, por exemplo, a Bandeira Nacional desfraldada pela torcida brasileira nos prélios esportivos internacionais, ou no estrangeiro, mas não se explicaria sua presença em partidas de menor importância, interclubes, no País. E, muitas vezes, pode-se confundir um entusiasmo fácil com ardor cívico, e em tais oportunidades, cabe coibir o uso de nossa Bandeira.

Ocorre-se lembrar, em relação ao Hino Nacional, que sua colocação como prefixo radiofônico da chamada "Hora do Brasil" o estava vulgarizando de tal modo que as autoridades o substituíram, assim como a bela Profonía de "O Guarany", de Carlos Gomes, que sofreu as mesmas conseqüências do seu uso abusivo.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 1971. — Deputado **JG de Araújo Jorge**.

N.º 9

Retirar do art. 11 as duas palavras finais ou particular e acrescentar parágrafo único ao mesmo artigo.

"Parágrafo único — Somente com a presença de altas autoridades poderá a Bandeira Nacional ser usada em manifestações particulares."

Justificação

Devemos tornar a Bandeira da Pátria bastante conhecida, mas não podemos levá-la ao lugar comum, em reuniões vulgares e inexpressivas. Nesses casos, ela será apoucada, diminuída.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Deputado **Brigido Tinoco**.

N.º 10

Ao art. 15:

Acrescente-se in fine as seguintes expressões:

"... e nas sedes dos Sindicatos Patronais e de Empregados."

Justificação

A emenda visa dar um sentido educativo e patriótico, determinando o hasteamento obrigatório do Pavilhão Nacional, nos dias de festa ou de luto

nacional, nas sedes dos Sindicatos Patronais e de Empregados.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Senador **João Calmon**.

N.º 11

Acrescente-se ao art. 15 o seguinte § 2.º, passando o parágrafo único a § 1.º:

"§ 2.º — Proíbe-se, entretanto, o uso indiscriminado ou generalizado da Bandeira Nacional, em mastros, ou afixada às paredes das salas de aulas, nas escolas públicas e particulares."

Justificação

Objetiva-se com tal dispositivo evitar uma generalização descabida do uso do Pavilhão Nacional, o que poderá resultar em desprestígio ou desrespeito. Há tempos, uma campanha de certa forma demagógica, baseada no slogan "uma Bandeira em cada sala de aula", visava a colocação obrigatória da Bandeira Nacional em tôdas as dependências de uma escola. O efeito e os resultados foram contraproducentes e os mais censuráveis. Nem sempre as salas de aulas das escolas, pelas condições materiais de conservação, podem ser consideradas locais próprios para a exposição do Pavilhão Nacional, e as bandeiras, colocadas em mastros toscos, simples ripas de madeira, ao lado das mesas dos professores, como tive a oportunidade de constatar no Colégio Pedro II, onde tal prática chegou a ser iniciada, eram muitas vezes derrubadas, deslocadas, acabavam em condições precárias, ou simplesmente desapareciam principalmente nas horas vagas, sem aulas, ou durante as horas de recreio, quando os alunos se distraem em correrias e brincadeiras.

Penso que se deve valorizar a apresentação da Bandeira, e que sua exposição só se deve fazer em momentos que justifiquem sua presença e em locais adequados.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 1971. — Deputado **JG de Araújo Jorge**.

N.º 12

Retirar os termos finais do item III do art. 20 ou de trabalho e acrescentar o item IV:

"nas mesas de trabalho das altas autoridades municipais, estaduais e federais."

Justificação

A emenda harmoniza-se com o proposto ao parágrafo único do art. 11.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Deputado **Brigido Tinoco**.

N.º 13

No item V do artigo 25, onde se lê: "devem ser"

Leia-se: "serão"

Justificação

A emenda harmoniza-se com o teor do projeto de lei, ora em debate.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Deputado **Brigido Tinoco**.

N.º 14

Modifique-se o início do § 3.º do artigo 26:

"§ 3.º — Será obrigatória, desde que presentes altas autoridades legislativas, executivas e judiciárias, a execução do Hino Nacional..."

Justificação

A emenda obedece critério de emendas apresentadas anteriormente. Harmoniza-se, pois, com o conjunto do Projeto.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Deputado **Brigido Tinoco**.

N.º 15

Acrescente-se o item V ao art. 32:

"Item V — Usá-la em qualquer tipo de propaganda comercial ou política, com exceção da propaganda político-partidária, através de quaisquer veículos de divulgação (imprensa, rádio, cinema, televisão etc.) ou em promoções publicitárias do mesmo tipo, sejam quais forem os elementos promocionais."

Justificação

Inaceitável que, para fins de venda ou promoção de firmas ou produtos, o Pavilhão Nacional possa servir de elemento integrante da publicidade. Do mesmo modo, a propaganda política individual, de candidatos a cargos eletivos, ou de administrações públicas (exclua-se da restrição apenas a propaganda político-partidária).

Ainda recentemente assisti na televisão um filme de propaganda política (publicitariamente chamada institucional) elaborado com extremo mau gosto. Em cena, uma moça, muito bonita, de maiô de banho, para representar a eugenia e o entusiasmo da mocidade brasileira, corria, de cabelos soltos, do meio de um grupo de jovens, até certo ponto, onde outro jovem a envolvia na Bandeira Nacional. A impressão penosa deixada no telespectador, por uma inevitável associação de idéias, era que a Bandeira estava sendo utilizada como se fosse um toalha, em que ela se envolvia, para se enxugar.

Nada justifica, da mesma maneira, que promoções de obras e realizações administrativas de executivos municipais, estaduais ou federais utilizem-se do Pavilhão Nacional como elemento publicitário. O item visa, pois, proibir o uso comercial e político, indevido, da Bandeira Nacional, que não pode ficar sujeita a situações embaraçosas que a desprestigiem ou comprometam.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 1971. — Deputado **JG de Araújo Jorge**.

N.º 16

Modificar a parte final do art. 35:

"Art. 35 — ... que não sejam autorizados pelo Presidente da República, ouvido o Ministério da Educação e Cultura."

Justificação

A autorização para execução de arranjos artísticos instrumentais do Hino Nacional deve partir do Chefe da Nação, em face da grave importância do assunto. Ao Ministério da Educação e Cultura caberá informar-se junto à Escola Nacional de Música sobre a oportunidade da medida e transmitir ao Presidente da República a opinião formulada pelo órgão técnico.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Deputado **Brigido Tinoco**.

N.º 17

No artigo 37, onde se lê:

“no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ...”

retifique-se:

“no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas ...”

Justificação

O prazo da lei é extremamente exiguo. Justo é que o ampliemos um pouco.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Deputado **Brigido Tinoco**.

N.º 18

O art. 40 passa a ter nova redação, acrescido dos §§ 1.º e 2.º:

“**Art. 40** — É obrigatório o ensino do desenho da Bandeira Nacional e do canto do Hino Nacional, em todos os estabelecimentos de ensino públicos ou particulares de 1.º grau.

§ 1.º — Do mesmo modo é obrigatório o ensino da história e significado da Bandeira Nacional, bem como da história, interpretação e vocabulário do Hino Nacional.

§ 2.º — Nas vésperas das datas correspondentes, em solenidades especiais, é obrigatório o canto dos Hinos da Independência, da Proclamação da República e à Bandeira.”

Justificação

Mário de Andrade, em crítica que fez a alguns aspectos da poesia de

Castro Alves, naquelas em que o poeta compôs ou improvisou cantos patrióticos aos voluntários da Guerra do Paraguai, afirma: “Aqui, o poeta se desgasta em todos os defeitos da poetagem guerreira.” Queria dizer com isso o crítico que as poesias cívicas ou patrióticas (clássicas e românticas) descambaram sempre para uma retórica nem sempre realista, construída em função da sonoridade e imponência dos vocábulos, aqueles vestidos com os dourados e lantejoulas de seu verbalismo intrínseco. Os poetas fazem questão não de cantar, mas de gritar seus sentimentos, deixam-se empolgar por tropos, metáforas, hipérboles, imagens superlativas, levados por exaltado amor à terra natal.

Osório Duque Estrada, autor da letra para a música de Francisco Manuel da Silva, que a partir de 1909, e com pequena alteração foi oficializada em 1922, ano do centenário da Independência, não poderia fugir às influências do gênero e das escolas literárias de seu tempo. Os versos do poema, muitos deles, se encontram em ordem inversa, com imagens, palavras eruditas ou preciosas, muitas rebuscadas, das quais caíram em desuso, e pouco compreensíveis principalmente para a infância, as crianças do antigo curso primário. Até mesmo as professoras podem-se ver em dificuldades para a interpretação exata da letra do Hino, e a definição precisa de muitas de suas palavras. Quanto aos alunos, eu próprio fiz de certa feita uma experiência, com uma turma de 4.ª série do curso ginásial no Colégio Pedro II de mais ou menos 30 alunos. A maioria desconhecia ou se sentiu incapaz de dar sinônimos para palavras como: **plácidas, fúlgidos, penhor, impávido, florão, garrida, lábaro, clava**, e algumas outras; que se dizer então de alunos do nível primário, na faixa etária dos 6 aos 11 anos?

Dai a informação que uma professora do curso primário me deu certa vez, comentando o fato. Seus alunos cantavam muitos versos do Hino Na-

cional com variações as mais pitorescas. Uma, conhecida de todas as professoras, é a daquele verso:

“do que a terra, mais garrida”

cantando, impreterivelmente:

“do que a terra margarida”

e outras, como:

“de um povo herói no braço”

“se o pendor desta igualdade”

“e o teu futuro espera”

“mas se ergues da justiça a fava”.

Dai a sugestão do § 1.º do art. 40, atribuição esta que pode ser exercida indistintamente, ou concomitantemente, por professores de Educação Moral e Cívica, História do Brasil e Portugêses.

Vamos facilitar às crianças o acesso às imagens poéticas e ao sentido da inspiração patriótica do autor da letra do nosso Hino. Que elas não apenas se empertiguem, emocionadas, aos belos acordes da música de Francisco Manuel, mas compreendam bem toda a extensão de beleza do poema de Osório Duque Estrada, e compreendendo-o, o cantem ainda mais alto e melhor.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 1971. — Deputado **JG de Araújo Jorge**.

N.º 19

Ao art. 40:

Onde se lê:

“de ensino primário, normal, secundário e profissional.”

Leia-se:

“de ensino de 1.º e 2.º graus.”

Justificação

A emenda visa a harmonizar o texto do artigo com a Lei recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, dispondo sobre o ensino de 1.º e 2.º graus.

Como se sabe, o ensino de 2.º grau já abrange os cursos técnicos, secundários e de formação de professores para o ensino primário (curso normal).

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1971. — Senador **João Calmon**.

SENADO FEDERAL**ATA DA 99.ª SESSÃO
EM 9 DE AGOSTO DE 1971****1.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA E CARLOS LINDENBERG**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — José Lindoso — Cattete

Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Petrónio Portella — Helvidio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Wilson Campos — Luiz Cavalcanti — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tôrres — Benedito Ferreira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Ney

Braga — Antônio Carlos — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a Sessão.

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer n.º 60, de 1971 (CN), da Comissão Mista incumbida do estudo do Decreto-lei n.º 1.179, de 6 de julho de 1971, esta Presidência convoca Sessão Conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se ama-

nhã, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, com a seguinte.

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1971 — CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 60, de 1971 CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.179, de 6 de julho de 1971, que "institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PRO-TERRA), altera a legislação do Imposto de Renda relativa a incentivos fiscais, e dá outras providências."

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Não há Expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcanti.

O SR. LUIZ CAVALCANTI — Senhor Presidente, Senhores Senadores, faz poucos dias, o nobre Senador Teotônio Vilela, da tribuna desta Casa, e o ex-Deputado Federal Segismundo Andrade, na imprensa do Rio de Janeiro, focalizaram, a cores tão vivas quanto reais, os malefícios que a irresistível atração do mercado de capitais do Sul vem exercendo sobre a minúscula poupança dos nordestinos. Só de Alagoas, e só no primeiro semestre deste ano, as Bolsas de valores do Rio e São Paulo teriam sugado 50 milhões de cruzeiros. Metade do orçamento estadual!

Por sua vez, a Loteria Esportiva subtrai cada semana dos bolsos dos mineiros 200 mil cruzeiros.

Por fim, ressaltaram ambos a descapitalização decorrente da remessa dos lucros auferidos pela trintena de bancos que operam em nosso Estado, dos quais um apenas tem raízes na terra — o Banco do Estado de Alagoas.

A tantas sangrias não resistirá enfermo já exangue.

Descapitalização é empobrecimento, e meu torrão natal não deve e não pode empobrecer-se mais ainda.

A bem da unidade do País e da concórdia entre seus filhos, aqui não deve medrar acrimônia entre regiões, mormente com o ressaibo do antagonismo entre nações ricas e pobres, quando estas se dão conta da espoliação sofrida, décadas a fio, enquanto aquelas insistem em manter os privilégios de antanho.

Cabe ao Governo, então, reduzir, se não eliminar, os desniveis econômicos entre as unidades federadas e, conseqüentemente, os desniveis de bem-estar entre brasileiros.

Nesse sentido, muito se espera do Proterra.

Entretimentos, a meu ver, duas medidas preliminares devem ser tomadas:

uma, que vise adicionar atrativos aos títulos e ações de empresas nordestinas; outra, com objetivo de fortalecer os estabelecimentos de crédito dos Estados.

Para estimular o investidor, parece-me de bom efeito, por exemplo, a permissão de se deduzir do Imposto de Renda uma fração do capital aplicado em ações dos bancos estaduais de desenvolvimento.

Por outro lado, a inclusão desses bancos como agentes do Proterra, por certo, o duplo condão de robustecê-los e ampliar as possibilidades de desenvolvimento da região. Aliás, isto foi proposição aprovada unânimemente pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, em sua reunião de julho.

Como terceira e última sugestão — esta muito particular para Alagoas —, os efeitos perniciosos das sangrias poderiam ser compensados, imprimindo o Governo maior vigor na ação dos órgãos federais de execução de obras, notadamente os do Ministério do Interior, talvez muito atuantes em outras plagas que não as do meu Estado.

O pioneiro Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, outrora tão presente em nosso sertão, restringe-se hoje a limpar açudes. Seus devotados engenheiros, sua copiosa maquinaria, suas magníficas instalações de Palmeira dos Índios — tudo está tendo utilização superlativamente ociosa.

Finda a recente e catastrófica seca, suspendeu-se a construção de açudes, como o de Capim, no Município de Olivença, que ficou pela metade.

A propósito, datado de 19 de julho, recebi ofício do Diretor-Geral do DNOCS, em resposta a indagação que eu lhe fizera, no qual declara textualmente:

"...o DNOCS considera de importante significação, para as regiões respectivas, a construção dos açudes Lajedo do Nicácio, Promissão e Capim". E mais adiante, como a eximir-se de culpa, diz que as obras seriam executadas "se recursos adequados fossem postos à nossa disposição".

O que eu temo, o que temem os recalcitrantes moradores das "regiões respectivas" é que só se venha a lembrar novamente desses açudes no fragor da eclosão do próximo flagelo...

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que achei de bom alvitre tecer desta tribuna. Não me falece, todavia, a esperança de que os auxiliares imediatos do Presidente Médici estejam imbuidos das mesmas preocupações manifestadas pelo Sr. Cirne Lima, pois que, para usar as próprias e recentes palavras do ilustre Ministro, "não se pode acreditar em um País realmente forte e em uma sociedade realmente aberta, enquanto perdurarem os desequilíbrios regionais

como os do Nordeste". (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador Antônio Carlos. (Pausa.)

Não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Eurico Rezende. (Pausa.)

Não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Paulo Guerra. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Senhor Presidente, Senhores Senadores, é com satisfação que venho comunicar à Casa, para que registrado fique em seus Anais, a eleição do Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, Professor Amadeu Cury, para exercer as altas e honrosas funções de Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

No início deste mês, realizou-se em Brasília a XIII Reunião Plenária do Conselho de Reitores para debater uma agenda especial de assuntos do maior interesse para o ensino universitário no Brasil e, também, para eleição do Presidente do Conselho.

O novo Presidente do Conselho de Reitores é pesquisador de altos méritos, largamente conhecido em nosso País, pois é membro de oito (8) sociedades científicas nacionais, já produziu 60 (sessenta) trabalhos de investigação científica. Faz parte, igualmente, do Conselho Nacional de Pesquisas e de 10 (dez) entidades científicas estrangeiras.

A frente da Universidade de Brasília tem sido um administrador operoso, lúcido e eficiente, à altura dos foros de cultura e de ensino superior de nossa Universidade.

Juntamente com Sua Magnificência, foi eleito o novo Diretório Executivo, do qual faz parte o Reitor João Cardoso do Nascimento Júnior, da Universidade Federal de Sergipe.

Foram debatidos, pelos Reitores, nesta XIII Reunião Plenária de Brasília, a organização de hospitais-universitários, o currículo e implantação dos cursos de curta duração e o anteprojeto do Estatuto do Conselho.

Na mesma reunião o Magnífico Reitor da Universidade de Sergipe apresentou relatório sobre a problemática do Hospital de Ensino.

Registrando o fato, quero parabenizar o Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, Professor Amadeu Cury, pela sua escolha para as elevadas funções de Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, parabéns que torno extensivo também ao Magnífico Reitor João Cardoso do Nascimento Júnior, da Universidade Federal de Sergipe,

escolhido para integrar o Diretório Executivo daquele Conselho. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Campos.

O SR. WILSON CAMPOS — Senhor Presidente, Senhores Senadores, se no leito de um rio corresse as fontes da nossa história; se em uma das nossas bacias hidrográficas pretendêssemos encontrar o talvegue dos nascedouros da nacionalidade, o historiador, o sociólogo, o economista elegeriam, decerto, o São Francisco, cognominado, com assentimento unânime, o "Rio da Unidade Nacional".

De lá partiram, do seu curso inferior, as primeiras correntes migratórias autenticamente nacionais — porque nordestinas, caldeadas de luso-brasileirismo, na têmpera afro-indio-lusitana —, subindo o seu sinuoso curso, para encontrarem-se, nas montanhas das Minas Gerais, com o bandeirante que descia as vertentes das altas, para ombrear-se, na tarefa pioneira, com o caboclo nordestino.

Fluem, na sua história recente, três séculos de brasilidade, escritas epopéias nos seus afluentes nordestinos, desde as sortidas de Porto Calvo, contra os holandeses, até a tragédia suicida — mas nem por isso menos heroica — dos jagunços de Canudos, às margens do Vaza-Barris.

No princípio foi o ciclo do couro, espalhando-se nas pastagens dos seus vales e vazantes, povoando o interior da Bahia e de Minas Gerais; depois, esgotados os filões de ouro, eram os descendentes dos barriqueiros do São Francisco os que ocupavam, no cerrado imenso, as remanescentes povoações sertanejas, sustentando, com as atividades agropecuárias, a economia de vasta região, abandonada pela batida dos falcadores, onde a cata do ouro deixara, apenas, as cicatrizes das voçorocas, no chão erodido, a mata ciliar quase desaparecida, ao avanço dos açeiros e das queimadas.

Restava o rio. Se no princípio deste século se reduzira à metade da sua força, era, no entanto, o caminho vivo dos batelões e das gaiolas, servindo à mercancia persistente e necessária das populações sertanejas.

Também foi da sua força fluente e generosa que surgiu uma das primeiras aventuras industriais do Nordeste, quando Delmiro Gouveia, neste século, domando um pouco da sua energia hidráulica, fez florescer a fábrica de linha da Pedra, demonstrando a vocação pioneira do sertanejo para a promoção do desenvolvimento econômico do País.

Depois, na quinta década deste século, graças à pregação de parlamentares como o Padre Medeiros Neto, à técnica primorosa de Marcondes Ferraz e à vocação de estadista de Apolônio Sales, surge a Companhia Hi-

drelétrica do São Francisco e, hoje, seus cavalos-de-força iluminam centenas de cidades sertanejas e movem dezenas de turbinas em fábricas do Nordeste.

Mas há uma nota confrangedora. Na conclusão deste breve exórdio: o São Francisco enfrenta, hoje, a maior vazante dos últimos sessenta anos, alarmando as populações ribeirinhas, sem o transporte fluvial de que não podem prescindir.

AS VAZANTES DO SÃO FRANCISCO

Decerto esta não é a maior vazante do São Francisco. Ouvindo, recentemente, José Raulino Sampaio, barriqueiro são-franciscano de Petrolina, contou-nos êle, exibindo notas manuscritas de Inácio Bonfim, antigo morador da região e um dos primeiros habitantes daquela cidade pernambucana, um relato de Cipriano Virgílio da Silva, a respeito do que ocorrera no ano de 1845. Há precisamente 126 anos o rio vazara tanto "que se ia a pé de Petrolina a Juazeiro", havendo apenas um parau junto à margem direita. Doze anos depois, segundo contava a mesma testemunha, de tal sorte se reduziu o volume das águas, "que se fazia a travessia em canoa empurrada pelo remo". Na seca de 1915 — assevera Inácio Bonfim — suas águas estavam rentes ao leito pedregoso, "a ponte de os paquêtes atravessarem varejando "e, logo abaixo da ilha do Pontal, poderia se atravessar o rio saltando de pedra em pedra".

Continua, em suas notas, José Raulino Sampaio:

"O ciclo das vazantes do São Francisco é um fenômeno natural imprevisível. Não obedece a uma exata cronologia. Surgem as vazantes inesperadamente, repetindo-se em períodos curtos, ou meio século depois. É o que se verifica das vazantes de 1845 para 1857, doze anos depois; de 1857 para 1916, com 59 anos de intervalo; de 1916 para 1971, 55 anos depois."

Decerto o problema é velho. Não podemos acusar os últimos governos por descuidá-lo, mesmo porque, nos últimos vinte e cinco anos, muito se fez pelo rio e suas populações ribeirinhas, no que tange ao aproveitamento hidrelétrico, à navegação e à irrigação. Não faltam órgãos oficiais a cuidar dos problemas daquela importante bacia hidrográfica: no campo da energia hidrelétrica, as usinas de Furnas, Três Marias e da CHESF; no planejamento geral do aproveitamento dos seus recursos, a SUDENE; nas obras de irrigação e agroindústria, a Superintendência do Vale do São Francisco; no aproveitamento do seu curso para o transporte fluvial, a Companhia de Navegação do São Francisco; finalmente, a Companhia

de Desenvolvimento Econômico do São Francisco, que vem procurando criar uma infra-estrutura para o desenvolvimento agroindustrial do complexo Petrolina—Juazeiro.

O PROBLEMA DA NAVEGAÇÃO

Abordamos, desde logo, o objetivo principal deste nosso pronunciamento: as dificuldades que, neste instante, atravessa a CODESF, ameaçada de paralisar o esforço que, a partir de 1964, vem empreendendo para dinamizar os transportes fluviais na região.

Na verdade, o problema interessa à SUDENE, à SUVALE, à CHESF, aos Governos da Bahia e de Pernambuco, mas deve interessar a todo o País, quando milhares de nordestinos se vêem ameaçados duramente em sua economia e na própria sobrevivência.

Trata-se de uma das mais eficientes hidroviárias do País. Sua navegação, até Pirapora, abrange um percurso de 1.374 quilômetros, quase três vezes a extensão da rodovia Rio—São Paulo, mais longo que a Brasília—Rio, servindo a uma população ribeirinha de mais de meio milhão de habitantes. Em tráfego mútuo com a Central do Brasil, une o Nordeste ao Sul do País.

As velhas gaiolas foram substituídas por modernos empurradores, movidos a hélice, que impulsionam até cinco chatas, com capacidade total de mil toneladas por viagem, para uma tripulação de 13 homens, deslocando 13 quilômetros horários.

Prevê-se, para 1972, uma capacidade de cerca de um milhão de toneladas anuais, nesse que é o mais barato transporte do País, com tarifas de sete a doze cruzeiros por tonelada, conforme a carga: carne, sal, madeiras, gorduras, cereais, farinha, algodão, couros e peles, mamona, açúcar, milho, feijão, arroz, combustíveis, gesso e outros minérios.

Para ter-se conta do movimento econômico da região, basta assinalar a produção, em 1966, na área da CODESF, abrangendo dois municípios apenas:

	Toneladas
Óleo de mamona	9.400
Sisal	4.300
Peles e couros	3.658
Torta de ouricuri	426
Cêra de carnaúba	270

Da região são-franciscana sai a magnesita, essencial à produção de refratários para as usinas de Volta Redonda, USIMINAS, COSIPA e Mogi das Cruzes, enquanto a exportação de gesso atinge a 450 toneladas por dia, pagando de 90 a 150 cruzeiros por tonelada transportada.

Todo esse transporte vinha sendo feito por 63 chatas, impulsionadas por sete empurradores da Companhia de Navegação do São Francisco, que

também dispõe de duas lanchas de passageiros e sete vapores, tipo gaiola, com capacidade de 30 ou 40 toneladas. Com essa modernização e ampliação da frota fluvial são-franciscana, a produção local pôde ampliar-se, facilitada, pelo melhor transporte, sua comercialização.

Mas, agora, marcha-se para o colapso.

Nas vazantes anteriores, decerto maiores que esta de 1971, não havia tal intensidade de tráfego, nem tamanha produção a escoar.

DEPRESSÃO FINANCEIRA

Na segunda quinzena de julho, a União dos Barqueiros do Médio São Francisco endereçou memoriais ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste, relatando a dramática situação, reduzida a capacidade de carga à metade e o tempo de ida e volta aumentado de 30 para 60 e 90 dias. A partir deste mês e até outubro, chega o rio ao ponto máximo da sua vazante e a maioria das embarcações terá que paralisar, como acontece, desde março, com os vapores da Companhia de Navegação do São Francisco. A crise, alcançando a indústria e o comércio de Petrolina e Juazeiro, onde o crédito dos barqueiros tem o seu principal suporte, já produziu um decréscimo de 50% nos negócios. As firmas, que faturavam a trinta dias — tempo de duração do transporte normal — já o fazem a 60 e 120 dias, pelo preço de pagamento à vista, mas, mesmo assim, há problemas na liquidação dos títulos.

Isso decerto se refletirá, breve, na produtividade da região, que vinha crescendo satisfatoriamente bastando dizer-se, e a comprovação poderá ser feita por órgãos técnicos do Governo, que, se irrigássemos as terras da região são-franciscana, obteríamos os mais alentadores e propícios resultados.

Videiras: 15 a 20 toneladas de uvas por hectare, em cinco colheitas bianuais:

- “melão: de 15 a 25 toneladas por hectare;
- beterraba: de 15 a 25 toneladas por hectare;
- cebola: de 20 a 30 toneladas por hectare;
- alfafa: de 10 a 120 toneladas por hectare;
- trigo: de 3 a 4 toneladas por hectare;
- arroz: de 3 a 5 toneladas por hectare;
- feijão: de 2 a 4 toneladas por hectare;
- milho: de 4 a 6 toneladas por hectare;
- algodão herbáceo: de 3 a 4 toneladas por hectare.”

Para que se não desanime esse esforço produtivo e também visando à

solução imediata de suas próprias dificuldades, pedem os barqueiros, ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste:

“1.º) a criação de uma linha de crédito especial, para os que operam na região são-franciscana, até o fim da crise;

2.º) prorrogação dos títulos vinculados aos associados da União dos Barqueiros do Médio São Francisco, que se vençam de agosto a outubro.”

Conclui o memorial:

“O atendimento do solicitado, pelo Banco do Brasil, constitui mais um grande apoio desse órgão financeiro à vida econômica regional, no momento passando por crucial provação, mas que sempre encontra nesse importante estabelecimento de crédito, nessas emergências, o amparo necessário, para equilíbrio e reabilitação.”

Nesta oportunidade, também queremos trazer à tribuna do Senado um apelo, encaminhado aos Governadores de Pernambuco e da Bahia, ao Ministro Mário Andreazza e ao Presidente da Companhia de Navegação do São Francisco, pelos Prefeitos, Vereadores e representantes das classes produtoras de Petrolina e Juazeiro consubstanciado nos seguintes termos:

“Surpreendidos com a decisão do Comandante Sartier, Presidente da Companhia de Navegação do São Francisco, determinando o recolhimento de todos os empurradores daquela empresa para Pirapora, considerando o mais baixo nível verificado no São Francisco, nos últimos sessenta anos, apelamos a Vossa Excelência, que conhece profundamente os problemas da região, no sentido de que essa medida seja sustada, porquanto o recolhimento dos empurradores a Pirapora afasta definitivamente qualquer possibilidade de restauração do tráfego nos próximos seis meses, com prejuízos imprevisíveis para o comércio, a indústria e a pecuária de todo o vale, enquanto o deslocamento dos referidos empurradores para Januária assegurará o tráfego normal até Juazeiro e Petrolina, que corresponde ao maior trecho navegável, onde ocorre maior concentração e intercâmbio de mercadorias, minimizando as consequências desastrosas da paralisação total da navegação. Confiamos no elevado espírito pública de Vossa Excelência e na sua decisiva colaboração, no sentido de atenuar mais este problema que aflige a nossa região.”

De idêntico teor, o telegrama enviado pelos representantes de Juazeiro e Petrolina ao Almirante Sartier, Presidente da Companhia de Navegação do São Francisco, escusamo-nos de repetir-lo.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS — Com muito prazer, Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos — É com emoção que assisto a V. Ex.^a trazer ao conhecimento do Senado o drama que está vivendo, há algum tempo, a população do médio São Francisco. E quando falo população, digo tudo: comércio, indústria, beiradeiros de modo geral. O grande drama do São Francisco, meu nobre colega, decorre de uma falha, vamos assim dizer, de administração nacional. Em 1946, quando foi consignada na Carta aquela reserva de 1% da receita tributária, para a Comissão do São Francisco, os governos dos Estados, interessados na região, como que deixaram com o Governo federal a solução do problema. E sabe V. Ex.^a o que foi feito, ora bem, ora mal, mas, em verdade, muitas providências acertadas foram tomadas, inclusive a unificação da navegação do São Francisco, a criação de estaleiros em Juazeiro, a criação de dois portos admiráveis, um em Petrolina e outro em Juazeiro e já se vai criar o de Pirapora. Posteriormente, desapareceram as vinculações constitucionais, quer dizer, a vinculação da Amazônia, a vinculação da seca, a vinculação do São Francisco, e a Comissão do Vale do São Francisco transformou-se em Superintendência do Vale do São Francisco e teve restringidas as suas atribuições ou a sua ação na zona. Ficamos, na região, como aquela estória da onça federal que havia no Piauí. Dizem — e me perdoe o Senador Helvidio Nunes — que há muitos anos houve uma campanha contra onças no Estado do Piauí; havia, então, um tipo de onças destruídas pelas autoridades estaduais e, outro, pelas autoridades federais. Um belo dia, vinha uma onça dizimando os rebanhos de certa área. Apелou-se para o Governo do Estado de então, que respondeu: “não, essa onça é federal. Não temos nada com isso.” No pitoresco da anedota — deve ser anedota — encontramos a razão de ser do que se está passando no São Francisco. A SUVALE não atende aos problemas da região, porque depois que deixou de ser Comissão do Vale do São Francisco e depois que teve aquelas consignações vinculadas no Orçamento, deixou de ser o órgão que se esperava para recuperação econômica. E os governos dos Estados ficam esperando pela SUVALE. O certo é que as regiões do São Francisco, mormente o médio São Francisco, atravessam crise sem precedente. Digo isto com conhecimento de causa, como um velho beiradeiro que continua vinculado à sua região. Já me dirigi ao Ministro Cirne Lima, já procurei o Ministro Dias Leite, telegrafei ao Ministro Mário Andreazza sobre a navegabilidade do rio, fiz um pronunciamento aqui sobre a neces-

sidade de se dragar aquele trecho entre Pirapora e São Francisco, para que os empurradores que estão prestando admirável serviço à região continuem a fazê-lo. Estou nesta luta e é com satisfação que vejo que homens da sua autoridade e do seu prestígio vêm-se unir ao meu esforço e ao esforço de nós outros mais vinculados à região para uma solução do problema.

O SR. WILSON CAMPOS — Agradeço o aparte do nobre Senador Ruy Santos e peço licença para incorporá-lo ao meu discurso. Sei que V. Ex.^a é um homem daquela região e sabe das grandes dificuldades que atravessam as populações ribeirinhas do São Francisco. Estivemos lá, há pouco mais de duas semanas, em companhia de membros da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e também de outros Congressistas. E vimos a grande dificuldade das populações daquela zona, principalmente de Petrolina e Juazeiro, onde os homens que fazem as classes produtoras de Petrolina realizam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma espécie de adiantamento comercial para evitar o colapso da produção da região, e, agora, na oportunidade em que precisamos recolher aquilo produzido e, às vezes, já pago, falta o principal transporte que é a navegação, como bem conhece esta Casa e o nobre Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS — Com imenso prazer.

O Sr. Ruy Santos — Sei que há comerciantes de Minas interessados em se entrosar num grande sistema de transporte entre o Norte e o Sul para que, por exemplo, o sal a granel venha do Rio Grande do Norte através do Rio São Francisco, e o milho e outros produtos existentes aqui no Sul, subam pelo citado rio para o Nordeste e até para o Norte, também a granel. Vê V. Ex.^a que há razão para que o decantado rio da unidade nacional, mais do que nunca, seja um fator preponderante dessa unidade ou, para usar a nova expressão, um fator de integração nacional.

O SR. WILSON CAMPOS — Agradeço a V. Ex.^a

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores,

SOLUÇÕES URGENTES

Felizmente, a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco não se mostra alheia ao problema e criou uma Comissão de Estudos e Observações para examiná-lo, sob a presidência do Deputado Monsenhor Ferreira Lima, que convidou técnicos de gabarito, como o agrônomo Eudes de Souza Leão Pinto e o ecólogo João de Vasconcelos Sobrinho, ambos professores da Universidade Federal de Pernambuco, para opinarem a respeito.

Enquanto o Professor Eudes Pinto preconiza o reflorestamento como solução para as secas periódicas no submédio São Francisco, além da implantação do sistema de canais Sobradinho—Moxotó, para perenização de alguns afluentes, o Professor Vasconcelos Sobrinho prevê a desertificação do sertão pernambucano, se tais medidas não forem tomadas, acrescidas da abolição das grandes barragens e canais, para reduzir ou evitar as perdas de água por evaporação.

Algumas das conclusões dessa Comissão, a cujos trabalhos assisti, estão consubstanciadas nos seguintes termos:

- a) "O potencial energético do Rio São Francisco, nos trechos médio e submédio, encontra no potencial de fertilidade dos solos sertanejos a complementação ideal para a realização de projetos grandiosos, do mais largo e longo alcance, permitindo a valorização da terra e do homem. Por isso se faz mister a preservação do caudal do São Francisco, de modo a mantê-lo regularizado no curso dos anos, reduzindo ao máximo as influências prejudiciais dos ciclos das secas e das baixas de suas águas";
- b) "É imprescindível que se iniciem as obras de construção da barragem de Sobradinho, com vertedouro ou sangradouro de água na cota de 410 metros, no mínimo, de modo a garantir uma acumulação de 56 bilhões de metros cúbicos, permitindo o aproveitamento de mais de 800 megawatts em sua usina hidrelétrica e a alimentação, por gravidade, do sistema de canais Sobradinho—Moxotó."

Há, no entanto, providências imediatas, apontadas, naquele documento, das quais citamos as mais urgentes:

1. Que a Comissão de Navegação do São Francisco, com o apoio da Superintendência da Marinha Mercante, subsidie as empresas de transporte fluvial na região, enquanto durar a vazante, isto é, até outubro, quando está impossibilitado o emprego de chatas e empurradores;
2. Que sejam balizados os canais, onde ocorrem obstáculos ao tráfego de embarcações;
3. Que sejam concedidos créditos a longo prazo, não inferior a dez anos, e de juros não superiores a 7% ao ano, para a construção de redes elétricas, transformadores, canais de irrigação nas propriedades ribeirinhas, onde haja viabilidade técnica e econômica para a irrigação."

Sabe-se que aquele Rio tem um potencial de terras irrigáveis da ordem de 2.500.000 hectares, já formulados os projetos de Jequitai (56.000 ha), Corrente (216.000 ha) e Rio Grande

(74.000 ha). Também sabemos — o que ficou consignado nas conclusões da Comissão de Estudos da Assembléia Legislativa de Pernambuco — "que o desenvolvimento econômico do Nordeste não pode ser alcançado pelo simples processo de industrialização, visto que mais de 60% de sua população ainda vive da agricultura, combatida em sua economia e sem capacidade aquisitiva para consumir os bens gerados pelas fábricas construídas com a ajuda dos incentivos fiscais".

Assim, a racionalização das atividades rurais, com ênfase ao desenvolvimento agropecuário, garantido por sólida infra-estrutura de transporte e devida assistência pelos organismos de crédito, além do amparo técnico, são inadiáveis.

APÊLO FINAL

Não faz um ano, em 1970, dez anos depois de estar funcionando a SUDENE, uma seca se abatia sobre a região e foi preciso que o Governo Federal abrisse frentes de trabalho para matar a fome das populações sertanejas.

Naquela oportunidade, o Presidente Médici, ante o drama brutal, que também revelava a dura face da imprevidência humana e feria os brios nacionais, declarou, incisivamente: "O Nordeste vai mudar!"

Confiamos que sim.

Não temos por que desmerecer a palavra de quem tem sido fiel às suas promessas, de quem idealizou o Plano de Integração Social, realiza a Transamazônica e abre caminhos pioneiros à ocupação do território e à verdadeira reforma agrária, através do PRO-TERRA e também do grande trabalho que vem sendo feito pelo INCRA.

Por isso, aqui deixamos, em nossas palavras, um eco do apêlo daquelas populações ribeirinhas do São Francisco, para que não se prejudique, de maneira calamitosa, a obra que vem sendo entusiasticamente encetada pela CODESAF, nem se desencoraje, de tal forma, o esforço produtivo daquela população sertaneja, tão ciosa de integrar-se no desenvolvimento nacional.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador.) — V. Ex.^a, eminente representante do glorioso Estado de Pernambuco pronuncia, hoje, um dos grandes discursos dos muitos que temos ouvido nos últimos tempos no Senado. V. Ex.^a sabe que uma das esperanças do Nordeste é precisamente o desenvolvimento, em toda a sua plenitude, da região do São Francisco, e tudo está prenunciando precisamente isto. Com a SUVALE — Superintendência do Vale do São Francisco — que por sinal é dirigida por um ilustre paraibano, o jovem engenheiro militar, o Coronel Wilson Santa Cruz Caldas, todos nós estávamos cheios desta

esperança e não vamos perdê-la, porque nós do Nordeste, vivemos de esperanças e temos que chegar aos nossos objetivos através de gerações e gerações. Exatamente, diz aí o nobre Senador Antônio Fernandes, da Bahia: "nós temos esperanças e confiança nos bons dias que virão e nos bons guias que dirigem a Nação." Nobre Senador Wilson Campos, V. Ex.^a creia na sinceridade das minhas palavras: como vizinho seu, da Paraíba, estou, cheio de emoção, ouvindo seu depoimento, e suas reivindicações num discurso objetivo, que está pronunciando sobre o Vale do São Francisco. Ha poucos instantes nós ouvimos o representante de Alagoas, Senador Luiz Cavalcanti, fazer um discurso focalizando a situação do seu Estado com relação ao desequilíbrio da economia alagoana que está se escoando através de Bancos de outras regiões, quando apenas existe um regional, o do Estado, e pleiteando medidas em favor daquela Unidade. E agora fala V. Ex.^a sobre a crise que está atravessando aquele pedaço da nossa região sofredora, com a vazante alarmante do Rio São Francisco. Mas, disse o nobre Senador Ruy Santos, Líder do Governo, em aparte a V. Ex.^a — porque ele é baiano, é proprietário naquela região, conhece profundamente as necessidades do Vale do São Francisco — que fez, de sua tribuna, apelos a diferentes autoridades e infelizmente essas providências não foram ainda tomadas, se bem guardei as palavras do eminente representante da Bahia. V. Ex.^a, nesse discurso tão sério e de tanta importância, deve então dirigir-se agora diretamente ao Presidente Médici, a quem V. Ex.^a fez uma referência, nos seus propósitos de salvar o Nordeste — porque como ele afirmou — "o Nordeste vai mudar" — e nós esperamos isto. Não temos razão — sou homem da Oposição e digo sem nenhum constrangimento — para não acreditar na palavra do Chefe da Nação. Esperamos que ele, na realidade, mude a face da nossa terra seca, melhorando-a sob todos os aspectos, e é agora a oportunidade dos poderes da República organizarem a economia do Nordeste, através das providências que o Governo está tomando. Acredito e espero que isto ocorra. Felicito, pois, a V. Ex.^a pelo seu magnífico discurso desta tarde, e estou certo de que os pernambucanos ao lerem o seu brilhante pronunciamento através dos jornais de Recife e ao ouvirem, hoje à noite, a resenha dos nossos trabalhos através da Hora do Brasil no serviço de Rádiodifusão do Senado, sentir-se-ão felizes por terem sufragado nas urnas de 15 de novembro de 1970, o nome de V. Ex.^a para representar com tanto brilho e autenticidade o glorioso Leão do Norte.

O SR. WILSON CAMPOS — Agradeço a V. Ex.^a, com a certeza de, irmanados, como nordestinos que somos,

estarmos sempre traduzindo aquilo que possa haver de mais necessário àquele processo de integração tão apregoado hoje na República. E como V. Ex.^a é homem de Oposição, como disse, nós respeitamos porque conhecemos de perto o passado e a formação de V. Ex.^a, sabendo que tudo aquilo que prometeu o Presidente Médici será realmente realizado, porque já não vai mudar a face do Nordeste; a face já está mudando e nós, a título de colaboração com S. Ex.^a é que estamos fazendo este pronunciamento.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS — Com muita honra.

O Sr. Ruy Santos — A certeza do nordestino Ruy Carneiro é a mesma certeza do barranqueiro que ora aparta V. Ex.^a Sabe V. Ex.^a que a fisionomia da região do Nordeste, como a do Norte, vai-se modificando. E eu acredito que ela se modificará impressionantemente. Não acredito, e nenhum de nós pode acreditar e sabe V. Ex.^a que as nossas condições são outras, que em pouco tempo possamos ter anulado o desequilíbrio regional que há entre o nosso "paralelo", vamos dizer assim, e o Sul do País. Mas acredito, tenho certeza mesmo, que com esforço do Governo esse desnível ficará achatado, ficará reduzido em pouco tempo, graças ao empenho do Governo Federal no pôr fim a esses desníveis regionais. E por isso é que acredito, e por isso é que falei sobre o São Francisco, por isso V. Ex.^a está falando — porque o Governo, alertado para os problemas da região, há de se voltar para ali para dar uma solução que é fácil. Eu disse, no meu discurso, que o São Francisco — embora usando expressão nortista — é uma Transamazônica natural, para colonização, para irrigação, para recuperação econômica, para engrandecimento e criação da riqueza regional. Estou certo de que o Governo há de cogitar, já e já — porque de pouco valerá se fazer, como se vai fazer, a Barragem de Sobradinho que vai, essa sim, talvez, restabelecer, com outras barragens, como a do Rio Grande, a navegabilidade perene, no trecho do médio São Francisco; é preciso que, ao lado dessas grandes medidas, desses investimentos maciços, se vá cogitando de criar outras condições econômicas na região, de modo que deixemos de ser aquele Jeca Tatu da figura de Rui Barbosa, acorçado à porta da cabana e a cabeça mais vazia do que ele todo de ideal e de esperança. Eu sou, como o Senador Ruy Carneiro do MDB, um barranqueiro convicto de que não morrerei, e eu disse isso, sem ver a fisionomia do meu grande rio desaparecendo. As carrancas das barcas que estão sumindo fugirão também das carrancas que todos nós temos na fi-

sionomia de subnutridos que somos, os beira-dentro do São Francisco.

O SR. WILSON CAMPOS — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Helvidio Nunes — V. Ex.^a me permite?

O SR. WILSON CAMPOS — Com muita honra para mim, nobre Senador Helvidio Nunes.

O Sr. Helvidio Nunes — Senador Wilson Campos, V. Ex.^a está tratando, nesta tarde de hoje, de um problema que interessa, de maneira geral ao País, e de modo particular, particularíssimo mesmo, ao Nordeste, exatamente, porque todos os Estados que integram aquela área dependem, direta ou indiretamente, do Rio São Francisco. Conheço bem o São Francisco, pois que em duas oportunidades, em 1943 e 1946, e naquela época os naviozinhos eram tangidos a roda, fiz o percurso Juazeiro—Petrópolis—Pirapora. Mas a influência da Região São-Franciscana é tão grande que, através da Superintendência do Vale do São Francisco, até uma estrada foi feita no meu Estado, ligando a cidade de Remanso, ria Bahia, a São Raimundo Nonato, no Piauí. Mas, Sr. Senador, o que lhe quero dizer, de uma maneira especial, neste ensejo, é que, tendo em vista as palavras e as referências jocosas feitas há pouco tempo pelo ilustre Senador e nosso querido Líder Ruy Santos, pouco importa que a onça seja federal, estadual ou municipal, ou autárquica; pouco importa que a onça seja do Piauí, da Bahia ou de Pernambuco. Importa sim que todas as medidas solicitadas e preconizadas por V. Ex.^a sejam atendidas, e estou certo de que o serão, pelo Governo Federal. Muito obrigado.

O SR. WILSON CAMPOS — Agradeço a V. Ex.^a e a certeza de que V. Ex.^a, com os mesmos princípios que eu, como nordestino, pensa e tem a certeza de que realmente o que estou trazendo aqui é aquilo que de necessário se faz para o melhor aproveitamento daquilo que o São Francisco oferece aos habitantes daquela região.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a me honra com um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS — Com muito prazer, meu nobre Líder, Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Permita a intervenção, mesmo porque estava aqui com ciúme inflacionário dos meus eminentes colegas que madrugaram no banquete cívico que é o discurso de V. Ex.^a Quero me congratular com o seu pronunciamento que, realmente, representa um estudo profundo e uma reivindicação dinâmica em favor da região banhada pelo "Rio da Unidade Nacional". A minha palestra direta, obviamente, é com o Rio Doce, mas os deveres do meu mandato me vinculam com toda a geografia do País. V. Ex.^a tem realmente se destacado, pelo apêgo e seriedade na

sua dedicação aos problemas que dizem direta ou indiretamente com o interesse do seu Estado. V. Ex.^a é realmente o sujeito passivo de um verdadeiro milagre. Não exerceu nenhum mandato anteriormente, segundo estou informado, realizou os vestibulares do "madureza" e, na rapidez do art. 91 da política, veio, aqui, enaltecer a nossa intervivência. O discurso de V. Ex.^a tem, dentre outras, três implicações: a primeira, éle honra o Senador, que o faz com tanta propriedade; a segunda, honra Pernambuco, e, finalmente, honra o Senado, e deve realizar no espírito dos pessimistas a convicção de que o Congresso Nacional participa ativamente da edificação do Brasil grande, que já se vai desenvolvendo auspiciosamente. Porque, o seu discurso, por certo, recolhido aos Anais do Senado e com a contribuição tão valiosa de apertes diversificados, inclusive do representante da honrada Oposição, nesta Casa, o Sr. Senador Ruy Carneiro, irá ser estudado e examinado pelos setores competentes da administração pública federal. Assim, o meu aparte tem como objetivo ressaltar um fato, não apenas muito grato à classe política e ao Congresso Nacional, mas, também, para pôr em relevo a atuação brilhante que V. Ex.^a vem tendo, no Senado Federal, como representante do nobre e altivo povo pernambucano.

O SR. WILSON CAMPOS — Agradeço a V. Ex.^a, nobre Senador Eurico Rezende. No que tange à minha presença nesta Casa, eu, que nunca fui político militante, devo-a à bondade dos pernambucanos, a quem, neste momento, V. Ex.^a me concede a oportunidade de mais uma vez agradecer, a Pernambuco e à sua gente, enviando-me a esta Casa e me proporcionando a satisfação de continuar ouvindo, não só a V. Ex.^a como a todos os Srs. Senadores, neste vestibular em que me matriculei nesta Casa, realmente uma Casa de tradição e de formação cívica para todos os brasileiros.

Concluindo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, pedimos, sim, em nome do bravo povo da região são-franciscana, daqueles que confiam e acreditam no Governo do eminente Presidente Médici, e creem na Revolução, que uma providência administrativa seja tomada, de imediato. ...

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS — Com muito prazer, Senador Guido Mondin.

O Sr. Guido Mondin — Antes de concluir, vai falar, embora em poucas palavras, o Sul. Meu caro Senador, através do discurso de V. Ex.^a, nós poderíamos fazer um registro de progressão extraordinária, desde que tive a ventura de ingressar no Senado. Quando aqui cheguei, falava o Nordeste, e falava constantemente. O que eu ouvia, sistematicamente, era o

desespêro, era a verdade sobre uma situação antiga e que parecia insolúvel. Hoje — a isto chamo de progresso — estou a ouvir de V. Ex.^a pernambucano que é palavras de esperança, de segurança, de certeza, que foram, por sinal, corroboradas por um paraibano da Oposição. Pois bem, nobre Senador: tenho, também, segurança, fé, certeza de que, no dia em que eu deixar o Senado, já não ouvirei, apenas, palavras de esperança, mas de afirmação, de soluções que estarão ocorrendo, começadas agora, mas que então ouvirei como sendo a confirmação do que eu posso afirmar hoje, em relação ao meu Estado. Isto eu quero ouvir. Sábado passado, ainda, tive a oportunidade de visitar um dos municípios do meu Estado — Taquari, terra do falecido Presidente Costa e Silva. Município até hoje, exclusivamente, dedicado à agricultura, no entanto, ali floresce extraordinária indústria de vanguarda que orgulharia os países mais adiantados do mundo. Ela utiliza matéria-prima local, o eucalipto acácia, para produzir algo que está sendo consumido hoje, com segurança de aproveitamento total da produção. Coisas assim desejarei ouvir, antes de deixar esta Casa; ouvir o Nordeste falar. Não mais o lamento, nem mesmo apenas a esperança, mas a certeza de que o Nordeste estará apresentando ao Brasil fisionomia nova para que não mais prossiga esta diferença tão acentuada entre o Nordeste e o Norte em relação ao Sul. Queremos que nossas águas um dia, os nossos rios pampianos, possam repetir como num cântico, um salmo, o eco das águas por vezes marulhentas do São Francisco, que, em torno dele, o discurso se desenvolve, hoje. Agora, em torno do problema; amanhã, como um cântico de prosperidade nacional e felicidade do seu povo.

O SR. WILSON CAMPOS — Agradeço ao nobre Senador Guido Mondin. Tenho a mesma certeza de S. Ex.^a, com base na afirmação do Sr. Presidente da República, de que o Nordeste vai mudar. E o Nordeste está mudando. Virá a sua integração no contexto nacional; veremos a emancipação da região. Dias melhores hão de vir para o Nordeste. Antes do término do mandato de V. Ex.^a, Senador Guido Mondin, estaremos, aqui, abraçados, confirmando a verdade de que o Nordeste mudou. Para isto confiamos na presença do eminente Presidente da República e do seu Conselho de Ministros, que tudo farão pelo progresso do Nordeste.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS — Com muito prazer, Senador José Lindoso.

O Sr. José Lindoso — Não poderia deixar de dar uma palavra ao discurso de V. Ex.^a por dois motivos: minha admiração e amizade a V. Ex.^a, velho batalhador de tantas lutas de

interesse coletivo, na identificação de muitos caminhos comuns, comigo; o outro, é que V. Ex.^a se ocupa do problema do Rio São Francisco. Quando na escola primária, aprendemos que éle é o Rio da Unidade Nacional, e por isso éle cresce em nossa imaginação com força telúrica e expressão cívica extraordinárias. V. Ev.^a ao descrever os problemas do Rio São Francisco, acena com as perspectivas de recuperação da zona dos Estados banhados pelo São Francisco. E. V. Ex.^a, ao reafirmar esta esperança, objeto de aplauso e solidariedade de eminentes Senadores do Nordeste e do Sul, está afirmando de que neste momento o Brasil se está recuperando, através de uma política de correção dos desníveis regionais, para que éle seja um grande corpo, uma grande expressão de vida, de civismo, uma grande pátria, uma grande potência. Esta a colaboração a dar a V. Ex.^a, com meu apreço, minha admiração e meu entusiasmo.

O SR. WILSON CAMPOS — Agradeço ao nobre Senador José Lindoso as referências que faz e peço permissão a V. Ex.^a, Sr. Presidente, para incorporar-los ao meu pronunciamento.

Concluindo, Sr. Presidente, dizia eu: ... no sentido de dragar-se o rio, acelerar-se a construção da barragem do Moxotó, iniciar-se a de Sobradinho, promover-se o florestamento e o reflorestamento da grande bacia, cuidando-se dos principais afluentes. Finalmente, melhor assistência técnica e creditícia aos que vivem à margem desse catalisador do progresso de uma grande região brasileira — o Nordeste — que é o majestoso Rio São Francisco. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 157, de 1971

Nos termos do artigo 234 do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado dos discursos pronunciados pelos Presidentes Emílio Garrastazu Médici, do Brasil, e Misael Pastrana Borrero, da Colômbia, no dia 7 do corrente, em Leticia, na República da Colômbia.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1971. — José Lindoso.

A Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com o Artigo 234, parágrafo 1.º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Na Sessão de 24 do mês de junho, foi aprovado o Requerimento n.º 110, de 1971, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, solicitando a constituição de uma Comissão

Externa para representar o Senado no I Congresso Brasileiro de Produtividade da Indústria, a realizar-se no Estado da Guanabara de 23 a 27 do corrente.

De acôrdo com indicações das lideranças, designo, para compor a referida Comissão, os Srs. Senadores Dinarte Mariz, Jessé Freire, Benjamin Farah e Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Presentes, na Casa, 33 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1971 (n.º 126-B/71, na Casa de origem), que “dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia em virtude do disposto no parágrafo único art. 310 do Regimento Interno)”, tendo pareceres, sob n.ºs 265, 266 e 267, de 1971, das Comissões de **Legislação Social**, favorável; de **Segurança Nacional**, favorável, com emenda que oferece, de n.º 1-CSN; de **Finanças**, favorável; e dependendo de pareceres das Comissões: de **Constituição e Justiça**, sobre o Projeto e as emendas de plenário; de **Legislação Social**, de **Segurança Nacional** e de **Finanças**, sobre as emendas de plenário.

A discussão do projeto foi encerrada no dia 5 do corrente, oferecidas quatro emendas, de autoria do Senador Nelson Carneiro.

Solicito parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas.

Concedo a palavra ao Relator, Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na qualidade de Relator da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1971 (n.º 126-B/71, na Casa de origem), que “dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social, e dá outras providências”, sou chamado a falar sobre a constitucionalidade da proposição e das Emendas n.ºs 1, 2, 3 e 4, apresentadas em Plenário pelo eminente Senador Nelson Carneiro e a Emenda n.º 1, procedente da Comissão de Segurança Nacional.

O projeto satisfaz rigorosamente os ânonos da constitucionalidade e da juridicidade, merecendo a acolhida pelo Senado.

Do exame das emendas, no entanto, verificamos que a de n.º 1 — e as outras, por repercussão e em virtude de serem desdobramento, gerando conseqüências diversas, são flagrantemente inconstitucionais — choca-se com o parágrafo único do art. 165 da Constituição que estabelece o seguinte:

“Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.”

A primeira, portanto, aumenta o valor do auxílio com o nôvo processo de cálculo de renda mensal e, como já assinalamos, tem repercussão no esquema financeiro e burocrático das Emendas n.ºs 2 e 3, que se contagiam de inconstitucionalidade da Emenda n.º 1.

A Emenda n.º 4 perturba a sistemática dos cálculos pela adoção do princípio da retroatividade e é inconveniente.

A Emenda n.º 1, da Comissão de Segurança Nacional, que acrescenta ao art. 2.º um parágrafo único, é constitucional.

Deste modo, rejeitando as Emendas n.ºs 1 e 4, somos, conseqüentemente, pela aprovação do projeto com a emenda da Comissão de Segurança Nacional.

Este o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e pela inconstitucionalidade das emendas de plenário.

De acôrdo com o art. 388, inciso XVIII, do Regimento Interno, as emendas declaradas inconstitucionais pela Comissão de Constituição e Justiça não serão submetidas a votos. Assim sendo, a Presidência considera completa a instrução da matéria, deixando, em conseqüência, de solicitar o parecer, sobre as emendas de plenário, das demais comissões.

A votação do projeto fica adiada para a próxima Sessão, por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 299/71) do Projeto de Resolução n.º 32, de 1971, que “suspende, por inconstitucionalidade, a execução de expressão contida no art. 66 da Constituição de 1967, do Estado da Guanabara.”

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Se nenhum dos Senhores Senadores quiser discuti-la, darei por encerrada a discussão. Está encerrada.

Encerrada a discussão sem emendas ou retificações, não havendo requerimento no sentido de ser submetida a votos, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do artigo 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução n.º 32, de 1971.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
N.º , DE 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução de expressão contida no art. 66 da Constituição de 1967, do Estado da Guanabara.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 26 de fevereiro de 1969, nos autos da Representação n.º 770, do Estado da Guanabara, a execução da expressão “... a Procuradoria-Geral do Estado...” contida no art. 66 da Constituição de 1967 daquele Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 300/71) do Projeto de Resolução n.º 36, de 1971, que “suspende, por inconstitucionalidade, a execução do art. 7.º da Lei Federal n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discuti-la, darei por encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, não havendo requerimento no sentido de ser submetida a votos, a redação final é considerada como definitivamente aprovada, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução n.º 36, de 1971.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu,
....., Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
N.º DE 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução do art. 7.º da Lei Federal n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 18 de março de 1971, nos autos do Recurso Extraordinário n.º 70.536, do Estado de São Paulo, a execução do art. 7.º da Lei Federal n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esgotada a pauta da Ordem do Dia, concedo a palavra ao Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, a Sociedade Brasileira de Cardiologia realizou, recentemente, o 27.º Congresso Brasileiro de Cardiologia, na Capital Federal, sob a Presidência do Dr. Luciano Vieira, seu Vice-Presidente, e, agora, eleito Presidente da prestigiosa Instituição, em Assembléia-Geral realizada durante o mencionado conclave.

O Congresso reuniu, em Brasília, 1.300 participantes.

Todos os Estados se fizeram representar, enviando suas delegações, cujo número ultrapassou todas as expectativas.

Quinze estrangeiros, cardiologistas dos mais eminentes, vindos de todo o mundo, representaram as suas nações, acolhendo os convites formulados pela Comissão Executiva.

O Congresso pôde apresentar 320 trabalhos de Temas Livres — número inédito em congressos já realizados, anteriormente — 5 mesas-redondas, 4 simpósios, 14 conferências, 2 cursos especializados e numerosos filmes científicos preparados por Serviços de Cardiologia, nacionais e estrangeiros.

Os temas tratados, que obtiveram maior repercussão, foram: "O Estado Atual da Revascularização Cirúrgica do Miocárdio", sob a presidência do Professor Euryclides de Jesus Zerbini e com a participação de dois dos mais importantes nomes, nesta área da Cardiologia, em todo o mundo: Drs. René Favalaro, natural da Argentina e radicado nos Estados Unidos, e Goffredo Gensini, de Syracuse, nos Estados Unidos, e bem como "Educa-

ção Superior y Formación de Nuevos Cardiólogos", desenvolvido pelo Prof. Ignacio Chávez, Diretor Honorário do Instituto Nacional de Cardiologia do México.

Mr. Donald Ross, um dos maiores cirurgiões da Europa, participou, com relevo, na mesa-redonda sobre Tratamento Cirúrgico das Valvulopatias, sob a presidência do Dr. Adib Jatene, Cirurgião do Instituto da Cardiologia de São Paulo, responsável pela formação cardiológica de numerosos brasileiros e médicos sul-americanos.

Os temas clínicos, que repercutiram substancialmente durante o Congresso, foram: "O Diagnóstico e Tratamento das Urgências Cardiovasculares no Recém-Nascido" e "Os Aspectos Atuais da Doença de Chagas", respectivamente abordados, em mesas-redondas presididas pelos Professores Artur de Carvalho Azevedo e Francisco Laranja.

Dois dos simpósios de maior importância, durante o Congresso, foram presididos pelos Professores Mário Rigatto e Egas Armelin, sobre "Ajustes Respiratórios e Circulatórios no Exercício Físico e Equipamentos de Automação em Cardiologia", que tiveram a participação distinguida dos Professores E. M. Campbell, de Ontário, no Canadá, e César Caceres, radicado nos Estados Unidos.

O Sr. Fernando Corrêa — V. Ex.ª dá licença para um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Ouço V. Ex.ª com prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — Realmente, o XXVII Congresso Brasileiro de Cardiologia, realizado em Brasília, talvez fosse o mais importante no gênero já efetuado no Brasil, e graças a um homem de todos nós conhecido, o Dr. Luciano Vieira, médico cardiologista de rara competência, de invulgar dedicação não só aos seus doentes, mas também à ciência cardiológica. Dr. Luciano Vieira está fadado a ser, tão moço ele é, uma das estrelas mais brilhantes da Medicina brasileira. Brasília, e sobretudo o Brasil, está de parabéns com o Congresso de Cardiologia, que acabou elegendo o Doutor Luciano Vieira seu Presidente.

O SR. EURICO REZENDE — O aparte de V. Ex.ª cria condições para que eu mencione dois tópicos. Primeiro é a circunstância de o Congresso de Cardiologia de Brasília ter superado, em número de congressistas, o conclave realizado em São Paulo. O segundo ângulo, e observação sugeri-a pela intervenção de V. Ex.ª, nobre Senador Fernando Corrêa, é um fato do meu conhecimento pessoal e presencial, conectado com a alta e aplaudida competência do Dr. Luciano Vieira, médico do Senado Federal e um dos pontos altos da honrada hereditariedade do nosso ex-Colega Heribaldo Vieira. Um sobrinho meu, numa época em que uma operação car-

diaca ainda era mais do que uma aventura, era um desafio à periculosidade, ouviu aqui, em Brasília, dois médicos — um, Dr. Luciano; o outro, obviamente, um seu colega. A orientação de ambos ficou em termos de polêmica, de controvérsia. Meu sobrinho, filho aliás de um irmão meu recentemente falecido, foi levado a São Paulo para que, ali, se escolhesse, então, a opção. O exame do caso foi conduzido à atenção e à sapiência da equipe do Dr. Zerbini, e a alternativa adotada foi a sugerida pelo Dr. Luciano Vieira. Creio que este fato, verificado há muitos anos, comprova e reforça o alto conceito científico em que todos devemos ter o ilustre e competente médico do Senado Federal.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Ex.ª permite um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Também ouço o aparte de V. Ex.ª com igual prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Não poderei dar um aparte a V. Ex.ª como o fez o nosso querido colega o ilustre representante de Mato Grosso, o Senador Fernando Corrêa, por se tratar de um grande médico. Como Membro do Senado, porém, tenho a satisfação de ver proclamada, pela palavra de V. Ex.ª, a grande repercussão do XXVII Congresso Brasileiro de Cardiologia, conclave que reuniu mais de 1.300 médicos em Brasília, dirigido pelo Dr. Luciano Vieira, ilustre médico nascido em Sergipe, que portanto muito honra a todo o Nordeste. Com o brilho de sua inteligência e admirável cultura, está alcançando real sucesso no Centro-Sul do País. Nobre Senador Eurico Rezende, estou aqui para aplaudir V. Ex.ª pela feliz iniciativa e também para desincumbir-me de uma missão. O eminente brasileiro o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, logo após o Congresso de Cardiologia, me solicitou pelo telefone, se houvesse pronunciamento no Senado a respeito desse notável acontecimento no mundo médico brasileiro, dissesse da alegria com que S. Ex.ª, como médico e como criador de Brasília, acompanhou à distância, o extraordinário e brilhante êxito do Congresso de Cardiologia aqui realizado. Não estava presente quando meu ilustre companheiro de MDB, Senador Benjamin Farah, aqui fez justo e brilhante pronunciamento sobre o Congresso, razão por que somente agora posso desincumbir-me da honrosa missão com que distingui aquele grande médico e estadista brasileiro, e meu querido amigo o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ele acompanhou com emoção, distância, o desenvolvimento daquele Conclave, e me pediu que dissesse de imensa alegria com que via na forma da Brasília um Congresso daquele porte alcançar tão justo e ruidoso sucesso. Cumprida a missão honrosa em apar-

te através da vibrante oração de Vossa Excelência, aproveito o ensejo para congratular-me com Sergipe, com o Senado a cujo Serviço médico serve o Dr. Luciano Vieira e com o nosso País, que mereceu os aplausos dos eminentes médicos estrangeiros que testemunharam o valor dos seus colegas brasileiros naquele conclave.

O SR. EURICO REZENDE — Constato, com prazer, que V. Ex.^a, nobre Senador Ruy Carneiro, fala na dupla qualidade: a própria e em nome do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, a quem Brasília deve muito, porque foi quem iniciou a sua construção e a quem o Brasil deve tanto pelo salto que este País deu, o primeiro salto em busca do seu desenvolvimento. É justa a alegria do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, nosso ex-Colega, diante do êxito de um Congresso realizado por Colegas seus, médicos, e que deu realce a esta cidade, projetando no gênero, também, uma imagem cativante do Brasil no exterior, graças à presença, à participação e à atuação de ilustres especialistas do exterior que aqui vieram, concorrendo decisivamente para o sucesso do memorável conclave.

A projeção que o 27.º Congresso Brasileiro de Cardiologia e a Cardiologia Brasileira alcançaram, com o testemunho dos mais ilustres Cardiologistas contemporâneos, vindos do estrangeiro para discutir conosco os problemas e os resultados da especialidade, foi reconhecida pelas autoridades federais e do Distrito Federal, pela Academia Nacional de Medicina e por todo o mundo cultural brasileiro.

Tendo sido o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, o Presidente de Honra do 27.º Congresso Brasileiro de Cardiologia, o conclave teve, assim, o endosso fiel do Governo Brasileiro, que, em nenhuma hora, se esquivou de dar a maior colaboração para seu total êxito.

Os brasileiros que estiveram em Brasília, e os estrangeiros, não se cansaram de elogiar o alto nível científico do Congresso, a extraordinária programação social cumprida e, finalmente, a generosidade e o alto espírito público demonstrados pelo Governador do Distrito Federal, Coronel Hélio Prates da Silveira.

Não só para Brasília, que acolheu 1.300 Congressistas, acomodou 280 participantes, gratuitamente, mas para o Brasil, a América do Sul, a Europa e os Estados Unidos, foi o 27.º Congresso Brasileiro de Cardiologia o maior evento científico já realizado em todos os tempos, no gênero.

A introdução de um sistema de circuito fechado de TV, com tela gigante, pôsto em funcionamento graças à autorização do Senhor Ministro Hygino Corsetti, colocou o Brasil em situa-

ção equiparável — nas áreas das comunicações — com os países mais adiantados do mundo.

O Sr. Adalberto Sena — Honra-me V. Ex.^a com um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — V. Ex.^a tem o aparte.

O Sr. Adalberto Sena — Em aparte que dei, há alguns dias, a um discurso similar, do Senador Benjamin Farrah, tive ensejo de externar o meu sentimento em face do grande evento que V. Ex.^a, com tanta felicidade, registra neste momento. Não é demais, todavia, que eu renove a emoção com que ouço palavras referentes a êsse conclave, porque o sentimento, quando é profundo, como no caso é o meu, é persistente e imorredouro. Desejo, pois, registrar não só os méritos, tão largamente reconhecidos do Dr. Luciano Vieira — méritos dos quais tenho sido, mais do que um observador, uma testemunha — com a gratidão de tantos corações. Quero, ainda, exaltar neste momento, quero elogiar, aliás, secundando palavras de V. Ex.^a e dos ilustres Senadores que o apartearam, o grande mérito do Dr. Luciano Vieira na organização dessas reuniões de cardiologistas. Tal mérito é evidenciado agora, através do meu testemunho, porque, quando se realizou em Brasília, pela primeira vez, um conclave desse gênero, já na primeira linha se encontrava o Dr. Luciano Vieira. E eu me recordo bem de que tal foi o seu esforço, tais foram as diligências que tomou para o sucesso, para o êxito do empreendimento, que ele me procurou, alegando minha qualidade de médico, para que, naquele momento em que o acontecimento não tinha ainda a repercussão que tem hoje, proclamasse, da tribuna do Senado, o que havia sido aquela primeira realização. E lembro-me, ainda, de que foi tal a minha emoção que, conforme declarei num aparte anterior, foi a primeira, a única vez em que usei a tribuna de honra do Senado para dirigir-me a meus Pares. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. EURICO REZENDE — O aparte de V. Ex.^a não é uma simples intervenção parlamentar, é o depoimento de um homem que conhece, porque com ele convive, o Dr. Luciano Vieira. Trata-se, assim, de uma contribuição valiosa aos comentários que estou tendo a oportunidade de expender.

Quero, Sr. Presidente, por mim mesmo e com base nos apartes proferidos, dizer e salientar que a eleição, por unanimidade, do Dr. Luciano Vieira para o cargo de Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia foi a exaltação adequada, porque atingiu e preenchiu a dimensão do mérito do agraciado.

Peço a Taquigrafia que, a esta altura, considere incorporado ao meu discurso o *Curriculum Vitae* do novo

bâtonnier daquela prestigiosa instituição.

E termino o meu discurso, dizendo, proclamando e creio que interpretando o pensamento unânime da Casa, que a eleição do Dr. Luciano Vieira fez bem à cultura e à ciência do Brasil, fez bem ao Senado, pelos seus Membros e pelos seus funcionários, aos quais ele serve com os estremecimentos da sua dedicação e as luzes da sua inteligência, da sua competência; e fez bem à memória de um dos mais queridos Colegas nossos o Dr. Heribaldo Vieira.

As nossas congratulações àqueles que participaram do XXVII Congresso Brasileiro de Cardiologia, de envolta com a efusão das nossas felicitações ao jovem e renomado médico brasileiro, Dr. Luciano Vieira. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

"CURRICULUM VITAE" A QUE SE REFERE O EXMO. SR. SENADOR EURICO REZENDE. EM SEU DISCURSO:

"Curriculum Vitae" do Dr. Luciano Vieira, brasileiro, casado, nascido em 23 de julho de 1934, em Sergipe.

Filiação:

Heribaldo Dantas Vieira, natural de Sergipe, advogado, político, tendo exercido vários cargos eletivos no Estado. Deputado Federal em 2 constituintes e Senador da República. Embaixador Plenipotenciário do Brasil na comemoração do Sesquicentenário do México.

Maria do Carmo Vieira, natural de Sergipe. Professora de nível médio.

Educação Pré-Profissional:

a) Educação elementar: 3 (três) anos no Colégio Jackson de Figueiredo, Aracaju, Sergipe (1943/1945);

b) Educação secundária: 4 (quatro) anos no Ginásio Tobias Barreto, em Aracaju, Sergipe (1946/1949);

c) Educação colegial: 3 (três) anos no Colégio Juruena, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara (1950/1952).

Educação Profissional:

a) Educação médica: 6 (seis) anos na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, atual Estado da Guanabara (1953/1958). Formatura em 15 de dezembro de 1958.

b) Treino hospitalar:

I — Interno acadêmico da 22.ª Enfermária de Clínica Médica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Serviço do Professor Magalhães Gomes, Estado da Guanabara (1954/1955).

II — Auxiliar acadêmico da Secretaria Geral de Saúde e Assistência do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, por concurso de provas (1957/1958).

III — Técnico de Laboratório da Divisão de Higiene e Segurança do

Trabalho do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (1955/1958).

IV — Curso de Embriologia Humana com o Professor Bruno Alípio Lôbo (1953).

V — Curso de História da Medicina com o Prof. Ivolino de Vasconcelos (1953).

VI — Curso de Medicina e Cirurgia de Urgência com o Prof. Emanuel Alves (1955).

VII — Curso de Traumatologia-Ortopedia com o Prof. Nova Monteiro (1955).

VIII — Curso de Vector e Eletrocardiografia com o Dr. Ney Toledo (1957).

IX — Curso de Lógica Matemática na Faculdade Nacional de Filosofia (1954).

Experiência e Prática da Medicina e Cargos Exercidos

— Médico da Legião Brasileira de Assistência (1959).

— Cardiologista do Hospital Nossa Senhora das Vitórias (IAPC), Guanabara, Serviço do Professor A. Carvalho de Azevedo (1959).

— Cardiologista do 1.º Hospital Distrital de Brasília (1960/1968).

— Chefe do Serviço de Medicina Interna do Pronto Socorro do 1.º Hospital Distrital de Brasília (1962).

— Membro da Comissão de Residentes e Estagiários do 1.º Hospital Distrital de Brasília (1962).

— Membro da Comissão de Ensino e Cultura do 1.º Hospital Distrital (1963).

— Representante do Corpo Clínico do 1.º Hospital Distrital na Mesa-Redonda sobre Hipertensão Arterial com os Profs. Lauro Solero e A. Carvalho de Azevedo (1963).

— Participante do Curso para Residente e Estagiários do 1.º Hospital Distrital de Brasília (1964).

— Cardiologista consultor do Centro de Recuperação Sarah Kubitschek das Pioneiras Sociais, Brasília (1964).

— Estágio no Serviço do Prof. A. Carvalho de Azevedo, em Hemodinâmica, no Hospital N. S.ª das Vitórias, no Rio de Janeiro, Guanabara (1963).

— Curso de Radiologia Cardiopulmonar do Prof. Darcy Ilha, no Hospital dos Radialistas, na Guanabara (1965).

— Curso "Métodos Gráficos em Cardiologia", com o Prof. A. Carvalho de Azevedo, no Hospital dos Radialistas, Rio de Janeiro, Guanabara.

— Curso sobre Eletro e Vectocardiografia com o Dr. José Fehr, no Hospital das Clínicas, São Paulo (1965).

— Curso de Atualização em Transplantes, no Hospital das Clínicas, São Paulo (1968).

— Curso de Cardiopatias Clínicas do Prof. Aarão Benchimol, no Hospital das Clínicas do Recife, Pernambuco (1966).

— Curso de Cardiopatias Cirúrgicas do Prof. Euryclides de Jesus Zerbini, no Hospital das Clínicas, em São Paulo (1966).

— Curso de Administração Hospitalar do Prof. Odair Pedroso, no 1.º Hospital Distrital de Brasília (1967).

— Participante do XX Congresso Brasileiro de Cardiologia, Brasília, Distrito Federal (1964).

— Secretário da Mesa-Redonda sobre Aspectos da Insuficiência Cardíaca do XX Congresso Brasileiro de Cardiologia, Brasília, Distrito Federal (1964).

— Membro do XXI Congresso Brasileiro de Cardiologia, Rio de Janeiro, Guanabara (1965).

— Membro do XXII Congresso Brasileiro de Cardiologia, Recife, Pernambuco (1966).

— Membro do XXIII Congresso Brasileiro de Cardiologia, São Paulo (1967).

— Membro do XXIV Congresso Brasileiro de Cardiologia, Porto Alegre, Rio Grande do Sul (1968).

— Membro do XXV Congresso Brasileiro de Cardiologia, Belo Horizonte, Minas Gerais (1969).

— Secretário do Centro de Estudos da Casa de Saúde e Clínica Santa Lúcia, Brasília, Distrito Federal (1969).

— Delegado-Suplente da Associação Médica de Brasília (1967).

— Secretário do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (1967).

— Subsecretário da Sociedade Brasileira de Cardiologia (1967/1970).

— Professor de Fisiologia do Instituto Central de Psicologia da Universidade de Brasília, Distrito Federal (1966/1967).

— Organizador da 1.ª e 2.ª Semanas Brasileiras do Coração, patrocinadas pelo Fundo Especial de Pesquisa e Aperfeiçoamento em Cardiologia da Sociedade Brasileira de Cardiologia (1966/1967).

— Participante do V Congresso Brasileiro de Patologia Clínica, 1968.

— Participante do III Congresso Sul-Americano de Cardiologia, São Paulo, 1967.

— Participante do XXII Congresso Brasileiro de Angiologia, Rio de Janeiro, 1965.

— Médico Cardiologista do Senado Federal, desde 1960.

— Conselheiro da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, Brasília, 1964.

— Organizador e Responsável do Centro de Pesquisa em Aterosclerose,

da Fundação Hospitalar do Distrito Federal (1967).

— Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (1970/1971).

— Presidente do 27.º Congresso Brasileiro de Cardiologia, Brasília, Distrito Federal (1971).

— Delegado do Brasil no VI Congresso Mundial de Cardiologia em Londres (setembro de 1970).

— Diretor-Presidente do Centro Nacional de Pesquisa em Aterosclerose (em organização) — Brasília (1971).

— Conferencista em vários Departamentos Científicos de Laboratórios europeus (1970).

— Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (1971).

Trabalhos Apresentados e Publicados

— Síndrome Piramidal, apresentado na II Jornada Médica de Brasília, 1967.

— Doenças latrogênicas, Conferência pronunciada na 1.ª Jornada Médica de Brasília — Brasília, 1966.

— Infarto traumático do miocárdio, apresentado na II Jornada Médica de Brasília, 1967.

— Argor Pectoris agravada por hipoglicemia, apresentado no Centro de Estudos da Casa de Saúde e Clínica Santa Lúcia, em 1968.

— Novo tratamento do traumatismo encefálico do recém-nascido, apresentado no XXII Congresso Internacional de Pediatria, México, 1968.

— Interpretação clínica do lipidograma eletroforético, apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Cardiologia, Belo Horizonte, 1969.

— Hiperlipemia por hiperabsorção intestinal de gorduras, apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Cardiologia, Belo Horizonte, 1969.

— Cardioversão, apresentado no Centro de Estudos da Casa de Saúde e Clínica Santa Lúcia, 1969.

— Feed-back de ácidos biliares e hormônios esteróides com Beta-lipoproteínas e epóxides, trabalho de pesquisa em elaboração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg.) — Tem a palavra o nobre Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Presidente, Srs. Senadores ocupo, hoje, a atenção do Senado para fazer um registro e tecer algumas considerações em torno do problema da Zona Franca de Manaus e da indústria de turismo no Amazonas.

O Globo, na sua edição de hoje, em telegrama proveniente de Manaus, diz o seguinte:

"Por mais seis meses, os produtos eletrodomésticos estrangeiros vendidos aqui poderão sair livremente por meio da Zona Franca, graças a uma portaria assinada

pelo Ministro da Fazenda, Delfim Netto. Ao prestar essa informação, o Ministro Costa Cavalcanti, do Interior, revelou que está debatendo com o Ministro da Fazenda o problema dos cem dólares que podem sair livremente e espera encontrar uma solução definitiva, para evitar as portarias de prorrogação, de seis em seis meses."

A providência do eminente e dinâmico Ministro Costa Cavalcanti, no sentido de dar uma definitiva regulamentação à autorização para condução, como bagagens dos turistas que vão a Manaus, em mercadorias no valor de cem dólares, é de uma importância muito grande. Isto porque, de um modo geral, o público do sul do País não está inteirado do esquema de funcionamento da Zona Franca de Manaus e supõe que ela se constitui simples permissão da compra de mercadorias de procedência estrangeira, principalmente eletrodomésticos, no valor de 100 dólares, e como a permissão do Ministro da Fazenda é semestral dá a impressão de que vai haver uma interrupção, de que o plano do Governo relativamente à política de transformar Manaus, num pólo de desenvolvimento e industrialização vai-se extinguir, esmanecendo assim, conseqüentemente, no espírito dos desavisados o propósito de investir, de visitar, de conhecer a nossa Capital.

É que o problema da Zona Franca visa primordialmente, à industrialização, ao estabelecimento de uma infraestrutura industrial — com o aproveitamento da riqueza que a natureza nos oferece — de acordo com o Decreto-lei n.º 288, os favores singulares a ela concedida são por prazo de 30 anos. O tratamento especial de incentivos fiscais nas áreas federal, estadual e municipal, o conjunto, portanto, de medidas através das quais se pretende compensar a distância em que se localiza Manaus dos grandes centros consumidores e da orla do Atlântico, previsto em lei não se esgota, portanto, em curto prazo.

Por isso, o problema das autorizações semestrais tem prejudicado enormemente a nossa cidade sob o ponto de vista turístico. Eu gostaria de me socorrer da autoridade de dois técnicos amazonenses, titulares da firma "Planus Ltda. Assessoria Técnica", os doutores Ronaldo Bonfim e Edson Faria, nomes altamente credenciados nos meios de pesquisa, de estudo e de planejamento em Manaus, para assinalar que é o turismo um dos elementos que o Amazonas pode dispor com eficácia para alcançar o seu desenvolvimento e a melhoria da renda per capita naquela zona.

Assinalam esses economistas que "as repercussões do turismo no crescimento econômico ocorrem em dois espaços de tempo diferentes: instantaneamente, através de efeitos multiplicadores da renda, e a prazo mais

longo por intermédio dos efeitos germinativos que induzem investimentos em projetos setoriais." E chamam a atenção para a necessidade do desenvolvimento de uma infra-estrutura composta de hotéis, motéis e pousadas e de uma gama de serviços correlatos, a fim de que se instaure em sua direção uma corrente turística expressiva.

Atendendo a essa preocupação do estabelecimento de uma infra-estrutura, o Governador do Estado, Cel. João Walter de Andrade que adotou o mesmo sentido de trabalho planejado de seu antecessor, Sr. Danilo Matos Areosa, manteve entendimentos com o Ministro da Indústria e Comércio Sr. Marcus Vinicius Pratiní de Moraes, e a Empresa Brasileira de Turismo, em decorrência destes entendimentos, vai financiar, vai contribuir, vai estimular a construção de mais um hotel na nossa capital, com possibilidades para receber, em condições dignas e de acordo com as exigências modernas do conforto, quantos ali desejarem visitar, estudar, pesquisar ou examinar possibilidades de negócios.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que realmente a Amazônia é um cenário extraordinário para o turismo, não dizem só os técnicos. Agora mesmo, todos nós, que acompanhamos com emoção o encontro dos dois Presidentes, o do Brasil e o da Colômbia, em Leticia, no Solimões, vimos que foi expresso ali, no documento chamado pela imprensa de "Carta de Leticia", que a indústria do turismo deveria ser desenvolvida como o veículo de aproximação dos povos amazônicos, ressaltando-se, assim, a beleza do cenário agreste mas cheio de encantos e de imprevistos, que só as penas maravilhosas de Euclides da Cunha, de Alberto Rangel de Alfredo Ladislau, Ferreira de Castro e de outros grandes escritores têm podido fixar.

Além, portanto, da definitividade na fixação da autorização para que os turistas possam trazer de Manaus mercadorias compradas na Zona Franca, eu chamo a atenção — e mais do que chamar a atenção — eu faço veemente apelo ao Sr. Ministro Delfim Netto no sentido de que examine as observações do economista Mário Henrique Simonsen — que não pode ser acusado de ter qualquer outro interesse na Amazônia — constantes de seu livro "Ensino sobre a Economia e Política Econômica" — Edição APEC: Diz o renomado economista:

"O Norte partilha desses benefícios através da SUDAM e ainda dispõe de um projeto especial de estímulo — a Zona Franca de Manaus — o qual se justifica pelo isolamento da área e pelas dificuldades crônicas da Amazônia Ocidental. O emprego judicioso desses incentivos é que irá decidir sobre o futuro econômico da região. E nesse sentido é que distingo entre as soluções recomen-

dáveis e as esdrúxulas. Oportunidades saudáveis para o desenvolvimento da Amazônia não faltam, embora obviamente, seja necessário algum tempo para sua consecução; a região dispõe de apreciável potencial turístico, interno e externo, quase totalmente inaproveitado. (Nesse sentido, as autoridades alfandegárias poderiam aumentar o avarento limite de 100 dólares por viajantes para as compras na Zona Franca. Afinal, uma passagem aérea de ida e volta Rio—Manaus custa cerca de 350 dólares, o que é o suficiente para afastar o contrabando)."

Escudado, portanto, na observação e na autoridade do economista Mário Henrique Simonsen é que venho apelar, quando estamos fazendo a colocação do turismo como um fator importante para o desenvolvimento do Amazonas, venho apelar para que, além de fixar definitivamente a autorização para que as pessoas que demandam a nossa terra, possam conduzir consigo, mercadorias adquiridas na Zona Franca de Manaus, que o limite para essas aquisições não seja os avarentos cem dólares, aqui assinalados pelo escritor. Que S. Ex.^a estabeleça limite mais generoso, um limite de duzentos dólares, por exemplo, para que o fluxo turístico interno se avolume e para que, então, se possa ter um resultado positivo nesta indústria que estamos assinalando como promissora e importante para a região amazônica.

O Sr. Adalberto Sena — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ LINDOSO — Ouço o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Adalberto Sena — Permita-me que interfira no seu discurso, não pela estrada real em que ele está se projetando, mas por uma vereda lateral que nem por isso deixa de seguir o bom caminho, que é do reconhecimento e da justiça.

Na mesma notícia que V. Ex.^a está comentando, a publicada na segunda página do jornal O Globo, edição de hoje, além dessa referência ao problema de que tanto interessa para o turismo amazônico, qual seja, o de novas possibilidades abertas à Zona Franca, há uma outra que merece destaque e é o motivo de meu aparte. Diz a notícia que "outra novidade anunciada pelo Ministro do Interior foi a da criação, em Manaus, do primeiro Colégio Militar da Amazônia". Ora, essa notícia merece registro da parte de todos nós, filhos e representantes daquela região, porque, neste momento em que a União, com razão ou sem ela, se retrai na área do Ensino Médio para reduzir a sua participação aos auxílios supletivos, é realmente auspiciosa para nós a informação de que se vai fundar, em Manaus, o primeiro Colégio Militar, da Amazônia e, portanto, mais um estabeleci-

mento de Ensino Médio integrado na rede federal. Tal fato não revela apenas mais um empreendimento governamental em favor daquela região, senão também uma mudança da própria política do Ministério da Guerra no que tange às suas atividades educacionais. Todos nós sabemos que são tradicionais alguns colégios militares no Brasil. Mas sabemos também que houve época em que o próprio Ministério da Guerra desviou-se dessa política, preferindo transferir, como chegou a fazer, dois colégios militares para a área do Ministério da Educação, sob o fundamento de que os colégios militares não ministrou, propriamente, ensino militar, mas ensino secundário a filhos de militares e também de civis. Vejo, com alegria, Sr. Senador, ter havido uma mudança definitiva nessa orientação. E, agora, disso mais nos rejubilamos por se tratar de um benefício à nossa Amazônia. Com este aparte, quero particularmente sobrelevar êsses dois sentidos patrióticos do empreendimento que se noticia.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Agradeço a V. Ex.^a o registro e me permito fazer breves considerações em torno desse aparte que incorpore ao meu discurso, com a permissão de V. Ex.^a Primeiro, é que o Ministério da Educação não se retrai no problema de educação.

O Sr. Adalberto Sena — Eu me referi ao ensino médio apenas.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Neste País, no orçamento da República, nunca houve dotações tão expressivas, quanto as que nós estamos consignando, de uns 2 ou 3 anos a esta parte.

Mesmo o problema do ensino médio, quando nós falamos em ensino supletivo, é um problema de complementação do esforço, nas diversas características que esta palavra encerra nas tôdas com grande objetivo — dar educação eficiente ao povo brasileiro.

Quanto à parte em que V. Ex.^a assinala a criação do Colégio Militar em Manaus, quero dizer ao nobre Colega que era intento meu fazer oportunamente um registro mostrando a contribuição que as Forças Armadas estão dando à política de ocupação da Amazônia e assinalar a criação do Colégio Militar, uma vez que não é mais objeto de plano. S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República Emilio Garrastazu Médici, autorizou o destaque de 80 milhões de cruzeiros para início das obras referentes ao Colégio Militar de Manaus. Este colégio terá repercussões de naturezas diversas na nossa Capital. Representa uma oportunidade de a nossa mocidade servir o Exército, galgando postos elevados e assim teremos outros elementos amazonenses, como os que até hoje têm dignificado o Exército, no generalato. Teremos essa oportunidade para que a moci-

dade do Amazonas, como a mocidade do Nordeste, como a mocidade do Sul, como a mocidade de tantos outros Estados já dispõem, para servir a Pátria, através de um melhor aperfeiçoamento dos estudos, de um melhor domínio das técnicas militares, do maior conhecimento, portanto, da arte bélica.

Esse colégio, certamente, não será exclusivamente para Manaus; será um colégio que vai servir ao Acre, a nobre terra de V. Ex.^a, vai servir a tôda a Amazônia, a todos os territórios, porque Manaus será o ponto de apoio, e com o coração aberto, cheio de calor e de amizade, receberemos os filhos das outras unidades vizinhas.

O Sr. Adalberto Sena — V. Ex.^a permite? (Assentimento do orador.) — Tanto esse colégio vai servir ao Amazonas, que, no meu aparte, fiz questão de aludir à nossa comunidade e não apenas ao Estado que V. Ex.^a representa. Agora, quanto ao outro ponto, devo dizer a V. Ex.^a que não me referi ao Ministério da Educação; referi-me à União. Cheguei a dizer mesmo que esta poderia estar com a razão — porque não tenho ainda juízo formado sobre o acerto ou não desse propósito do Governo Federal de dispor-se apenas a corrigir, através de uma ação supletiva, as deficiências do ensino médio onde elas se verificarem — se o Governo está ou não com a razão. Tudo isso depende dos resultados dessa grande experiência que se vai iniciar, agora, com a nova Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de primeiro e segundo graus. Foi em face desse sentido, de uma experiência, que me coloquei no Congresso Nacional, em face do projeto do Governo. Fiz mesmo questão de só apresentar-lhe uma única emenda, admitindo em que ela fôsse a expressão da realidade nacional, sobretudo porque os seus próprios elaboradores tiveram o cuidado de trabalhar democraticamente, ouvindo as várias opiniões nacionais dos educadores, como dos próprios alunos, desde as pesquisas iniciais até as opções conclusivas.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Acolho as explicações de V. Ex.^a e agradeço a generosidade de sua atenção pelo aparte.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, advogava eu, no Plenário, a necessidade de se robustecer a cota para os turistas que demandam o Amazonas e têm autorização de adquirir mercadorias de valor até 100 cruzeiros.

Advogava eu que o Ministro Del-fim Netto, dentro do interesse de estimular o turismo, numa perspectiva de solidariedade aos objetivos do Ministério da Indústria e do Comércio, do interesse do Governador João Walter e das necessidades do Amazonas, duplicasse a cota para 200 dólares,

uma vez que, em face do preço da passagem e das condições de hospedagem, não se justifica que alguém vá fazer contrabando com 200 dólares. É simplesmente para tornar mais atrativa, dar motivação mais intensa à decisão dos turistas brasileiros que, nesta perspectiva, ao invés de procurarem a região do Prata, para consumir o seu dinheiro em Montevideu ou em Buenos Aires, seriam atraídos para o Amazonas, para ali contemplarem a natureza magnífica e a beleza de uma terra imensa e dádiosa, cheia de esperança, de braços e de recursos para o seu desenvolvimento.

Pois bem, face a esta perspectiva de um conagração de esforços no sentido de robustecer os interesses de atração para a corrente turística de Manaus, é preciso que se explique haver sempre, quando tratamos do problema da Zona Franca de Manaus, uma aparência de conflito com os interesses da indústria de São Paulo.

O conflito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é apenas aparente. Quando o Governo Castello Branco decidiu organizar, nos moldes em que atualmente funciona a Zona Franca de Manaus, setores da indústria de São Paulo reagiram em nome da indústria nacional e em defesa dos interesses da sua economia. A surpresa foi extraordinária, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Os estudos revelaram que, com o impacto da Zona Franca, uma situação psicológica de otimismo coletivo e de vontade coletiva se desenvolveu e se apossou de toda a cidade, de toda a comunidade. Nós que comprávamos muito menos de São Paulo, antes da Zona Franca, com a liberação de poupanças em virtude da nova situação, das novas motivações, passamos a comprar substancialmente mais. E é insignificante, percentualmente, o que sai pela Zona Franca em comparação com o que representa para Manaus, para uma economia débil como a do Amazonas, através da permissão de compra naquela área, naquele pórtio, de mercadorias de procedência estrangeira.

Estamos certos de que as estatísticas vão continuar confirmando o acerto da medida do Sr. Ministro com relação à liberação de uma cota mais generosa para a Zona Franca, se ele, amazônicamente, assim decidir.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de dizer, com os economistas da Empresa Planus Limitada — Assessoria Técnica — que há um cenário extraordinário, legado pela natureza, constituindo economias externas autênticas. Esse capital natural impar proporcionará notável redução nas inversões imprescindíveis ao desenvolvimento turístico do Amazonas, comparativamente a outras áreas.

Por essas razões o turismo representa o setor em que o Amazonas dispõe de maiores vantagens comparativas para desenvolver, constituindo pro-

vavelmente o caminho mais fácil e legítimo para o crescimento auto-sustentável da economia estadual.

A Amazônia detém a maior área verde da superfície terrestre, tendo sido por isso cognominada por um professor norte-americano de "o pulmão da terra". Realmente, sua preservação é indispensável ao equilíbrio ecológico mundial. A humanidade, ameaçada pela poluição generalizada de seu habitat, terá que procurar periodicamente a Amazônia para "respirar". Nesse contexto, o turismo para ela induzido terá também um componente incentivador de ordem biológica.

Em um mundo sufocado pela poluição o slogan para vender o turismo local seria:

"VENHA RESPIRAR NA AMAZÔNIA"

Venham respirar, na Amazônia, vindo conhecer essa grande parte do Brasil. Venham colaborar com a Amazônia através não só dos investimentos, mas através da ação turística para fortalecer o Estado e para que a Amazônia continue brasileira. Venham à Amazônia todos os brasileiros, em vez de desperdiçar divisas em outros países. Encaminhem-se para a Amazônia, porque ali, no calor dos nossos corações, com a fé nos destinos do País, estamos todos de braços abertos para levá-los a um paraíso de encanto e revelar-lhes o mundo brasileiro que bem poucos ainda conhecem. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Não há mais orador inscrito. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão, designando, para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1971 (n.º 126-B/71, na Casa de origem), que "dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social, e dá outras providências, tendo pareceres das Comissões de Legislação Social (n.º 265/71), favorável; de Segurança Nacional (n.º 266/71), favorável, com Emenda que oferece sob n.º 1-CSN; de Finanças (n.º 267/71), favorável; de Constituição e Justiça (oral, proferido na Sessão de 9-8-71), pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda n.º 1-CSN e pela inconstitucionalidade das emendas de Plenário.

2

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 154/71, de autoria do Senhor Senador Adalberto Sena, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 17, de 1969, que "estabelece jornada de trabalho de

motorista profissional, a serviço de transportes coletivos de passageiros, e dá outras providências".

3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 306, de 1971), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1965 (n.º 196-A/64 na Câmara dos Deputados), que "mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 18 de dezembro de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Marena & Cia. Ltda."

4

Discussão, em turno único, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 301, de 1971), do Projeto de Resolução n.º 21, de 1971, que "suspende, por inconstitucionalidade, a execução de expressões do parágrafo 1.º do art. 62 da Constituição de 1967, do Estado da Bahia, e do art. 76 da Emenda Constitucional n.º 2, de 1969, do mesmo Estado".

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 92, de 1968 (n.º 3.644-B/66, na Casa de origem), que "doa ao Município de Matelândia, Estado do Paraná, área pertencente à União, integrante do Parque Nacional da Foz do Iguaçu", tendo pareceres, sob n.ºs 289, 290, 291, 292 e 293, de 1971, das Comissões de Segurança Nacional: 1.º pronunciamento, favorável; 2.º pronunciamento, favorável; de Constituição e Justiça (audiência solicitada pela Comissão de Finanças), pela constitucionalidade e juridicidade; de Finanças, favorável, com emenda que oferece, de n.º 1-CF; de Agricultura (audiência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça), favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Finanças.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR WALDEMAR ALCANTARA NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 5 DE AGOSTO ÚLTIMO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Sr. Presidente. Srs. Senadores, no calendário cívico-social do País, a Saúde também tem o seu dia, entre muitos outros, alguns deles até muito bizarros. Mas o da Saúde, instituído pela Lei n.º 5.352, de 2 de novembro de 1967, destinado precisamente a homenagear a memória de Oswaldo Cruz.

Já no ano passado, exatamente no dia de hoje, tocou-nos a honra de

pronunciar, desta tribuna, um pequeno discurso alusivo à Saúde. Na oportunidade, expendemos alguns conceitos que, infelizmente, não foram bastante eloquentes para sensibilizar as autoridades de Saúde Pública no nosso País.

Hoje, por delegação do nobre Senador Fernando Corrêa, ilustre Presidente da Comissão de Saúde, retornamos ao assunto, desta vez focalizando alguns aspectos da Saúde na região nordestina, antecipando de certo modo algumas conclusões a que a Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste já chegou. Dividiremos o nosso discurso em duas partes: uma para focalizar o problema da saúde na região nordestina, e outra para dar, em rápidos traços, a evolução da saúde, no mundo inteiro, com o objetivo de mostrar que, infelizmente, o Brasil ainda não se engajou na tecnologia moderna que impulsiona o setor nos países desenvolvidos.

Tomamos como base do nosso discurso algumas considerações de relatores e companheiros outros, que tiveram, na Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste, a seu cargo, o exame deste setor. Será ele inserido no relatório final que a Comissão já está elaborando para conhecimento de toda a Nação.

O Nordeste do Brasil, analisado dentro do conceito de região geoeconômica, abrange, aproximadamente, área de 1.548.000 km², com uma população que representa um terço da população do País, ou seja, com uma densidade demográfica que está em torno da média de 18 habitantes por quilômetro quadrado.

Apesar disso apresenta as seguintes características sócio-econômicas, demográficas e sanitárias:

1. elevada taxa de crescimento (taxa geométrica de incremento médio anual em torno de 2,4, com variações entre 1,5 e 3,3 — dados provisórios IBGE — Censo de 1970);

2. alto coeficiente de natalidade (média de 49 por mil habitantes);

3. menor renda per-capita do Brasil, em torno de US\$ 200;

4. predominância de jovens na composição etária (a população de 0 a 14 anos representa cerca de 45% da população total);

5. mais baixo valor da vida média ao nascer, em torno de 49 anos;

6. mais elevadas taxas de mortalidade geral (18 por mil habitantes) e infantil (180 por mil nascidos vivos);

7. alto percentual de óbitos no grupo etário de 0 a 4 anos (60%) e elevada taxa de mortalidade por diarréias infantis e doenças transmissíveis, em geral;

8. elevada morbidade por doenças transmissíveis e endemias, tais como:

— **Esquistossomose mansônica**: continua em franca ascensão com possi-

bilidade latente de ampla disseminação em função dos chamados **Projetos de Irrigação**, não muito bem controlados pelas medidas preventivas de combate à epidemia; zona de mals alta endemicidade — toda faixa litorânea que se estende do Rio Grande do Norte à Bahia, já invadindo os Estados do Maranhão e Ceará.

— **Doenças de Chagas**: endêmica em vários Estados do Nordeste e determinadas áreas da Bahia, onde a habitação rural de má qualidade permite a colonização dos vetores da infecção (barbeiros).

— **Malária**: apresenta-se como um problema muito grave e de difícil solução, com elevada incidência nos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia, a despeito de sua tantas vezes proclamada erradicação.

— **Leishmanioses** (cutânea e visceral — Calazer): focos endêmicos de maior significado epidemiológico no Ceará e Bahia.

— **Filariose**: grande endemicidade em Recife.

— **Peste**: focos residuais em Pernambuco e Ceará (Serra Grande e Chapada do Araripe).

— **Tracoma**: extensos focos, com índices hiperendêmicos no Nordeste e Vale do São Francisco;

— **Vermínoses**: representa um dos maiores drenos da energia e saúde do homem rural brasileiro;

— **Diarréias e disenterias**: incidência elevadíssima em função da precaríssima situação do meio-ambiente, principalmente na zona rural;

— **Tuberculose**: na sua forma pulmonar está amplamente disseminada no Nordeste, sendo a 2.ª doença de maior notificação no Ceará;

— **Sarampo**: ocupa o 1.º lugar entre as doenças de notificação compulsória, com grande letalidade e sequelas (cegueiras); sem esquecer o **TÉTANO**, **COQUELUCHE**, **DIFTERIA**, **POLIOMIELITE**, **VARÍOLA** e outras de menor importância.

— **Cárie dental**: elevado índice CPO (dentes Cariados, Perdidos e Obturados) nas comunidades.

Em realidade, toda essa problemática de saúde que afeta o nordestino, com sérias implicações no desenvolvimento da região, pode ser resumida em poucos grupos, de acordo com algumas características em comum:

I — Doenças transmissíveis de origem hídrica e por alimentos, **reduzíveis por medidas de saneamento básico** (Doenças infecciosas intestinais).

II — Doenças transmissíveis suscetíveis de **controle por imunização**.

III — Doenças transmissíveis suscetíveis de **controle por combate a vetores e ou através de programas especiais**.

IV — As demais doenças infecciosas e parasitárias.

V — Doenças de nutrição. Subalimentação crônica.

VI — Doenças dentais.

Como se vê as infecções, parasitoses, subnutrição e condições desfavoráveis de vida, aliadas ao pauperismo do Nordeste, são responsáveis pelo baixo nível de saúde da população.

“O panorama acima se constitui, evidentemente, um sério obstáculo ao desenvolvimento, pois sabemos que os fenômenos econômicos não são condicionantes absolutos de todos os demais fenômenos; são igualmente condicionados por eles, havendo uma estreita relação de interdependência. A incapacidade econômica de grande parte da população para comprar serviços médicos, invalida parcialmente este potencial, com diminuição da capacidade produtiva e entrave ao desenvolvimento. A questão, portanto, transcende a esfera médica e pode ser colocada com desafio aos sociólogos, economistas e administradores em geral. Por esta razão, acreditamos que somente um planejamento global do Governo poderá relacionar a Saúde com todos os demais fatores (programação intersetorial). Considerada ainda como uma das incógnitas na equação do desenvolvimento a saúde transforma-se em “assunto de segurança nacional”.

Impõe-se, portanto, melhorar ao máximo este quadro, por meio, preferencialmente, de medidas de prevenção, sendo necessário que o Governo se capacite da conveniência da integração das medidas preventivas e curativas, já que, no estágio atual, predominam entre nós as chamadas “doenças de massa”.

Como dizia o grande Franklin Roosevelt, ao tempo em que foi governador do Estado de Nova Iorque: **Em última análise, o sucesso ou o fracasso de um governo será medido pelo bem-estar de seus concidadãos. O mais importante para um Estado deve ser sua Saúde Pública; seu supremo interesse, a saúde do povo.**

Justifica-se perfeitamente tal conceituação por parte dos governantes, pois, quanto melhores as condições de saúde da população, tanto maiores serão as possibilidades econômicas de um país.

As repercussões econômicas das doenças dispensam maiores comentários. Interpretamos os **investimentos em saúde como poupança**, em termos de casos evitados, vidas poupadas, diminuição de casos de retardamento, dias e leitos hospitalares economizados, dias de trabalho e dias escolares realmente efetivos. Tudo isto se traduz como benefícios econômicos, geralmente, de valores muito mais elevados do que o custo total das ações empregadas no combate aos danos, restando ainda uma economia líquida, saldo ou poupança. Os benefícios sociais são assim de maior valor do que

as despesas em saúde, havendo um saldo positivo na interrelação custo/efeito dos serviços de saúde.

O problema fundamental reside em tornar mais dinâmicos os órgãos de Saúde Pública já existentes, fazendo aumentar a sua produtividade e o seu rendimento. Torna-se necessário, evidentemente, uma planificação adequada à luz dos dados bioestatísticos e epidemiológicos, tomados prioritariamente.

A adoção de tecnologia simplificada e a transferência de tarefas e encargos ao pessoal auxiliar ou paramédico, devidamente treinado, deve ser o suporte para a carência de profissional técnico-científico.

Não somos muito adeptos de modificações e mudanças estruturais e de organogramas institucionais, onde as peças e os nomes podem ser trocados periodicamente, sem grandes prejuízos ou melhorias consideráveis. Carecemos realmente é de ação e “querer fazer”. Geralmente os homens de cúpulas administrativas se prendem muito aos “bureaus” e se limitam ao trâmite normal de correspondências intermináveis, não sobrando tempo suficiente para o **planejamento, comando, coordenação e avaliação** dos resultados obtidos pela implantação de diretrizes de ação ou de uma determinada política no campo da Saúde Pública.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Com todo o prazer.

O Sr. Benjamin Farah — Estou ouvindo, com a maior atenção e encantamento, a sua belíssima explanação, vale dizer, a sua grande aula, até porque V. Ex.^a é, realmente, um grande mestre.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Benjamin Farah — Como médico, eu não poderia deixar de dar a minha inteira solidariedade à sua fala e estou de pleno acordo em que a luta pela saúde pública é um verdadeiro faturamento em favor da coletividade. Prevenir a saúde é ajudar o desenvolvimento nacional. Um povo castigado pelas epidemias e pelas doenças cosmopolitas, um povo doente, é um povo incapaz. Graças a Deus, muitos governos têm lutado para a melhoria da saúde do nosso povo. Eu me lembro de que ao tempo da primeira legislatura nós elaboramos um plano, o famoso Plano SALTE — Saúde, Alimentação, Transporte, Energia. Infelizmente o Plano não foi executado na sua plenitude, mas muita coisa se fez, inclusive aquela famosa campanha contra a tuberculose, e a incidência desceu muito. Noto que há um entusiasmo, há um esforço não só dos médicos que têm assento nas duas Casas Le-

gislativas, mas, também, os últimos governos têm se esforçado muito para fazer diminuir a incidência das moléstias. Quero congratular-me com o nobre Colega. O pronunciamento de V. Ex.^a é memorável e vai marcar um novo caminho e uma conclamação para que despertem algumas energias e nós todos, aliados, nós todos solidários com V. Ex.^a e com esse plano que está propondo, nesta hora, tenho a certeza de que vamos colher frutos num futuro próximo. Meus parabéns ao nobre Colega pelo belíssimo pronunciamento que faz e que é mais uma demonstração do seu esforço e da sua boa-vontade. V. Ex.^a fala com franqueza, inclusive muitas vezes contrariando opiniões, como fez, outro dia, em relação a decreto presidencial. O pronunciamento de V. Ex.^a é sempre aceito com muita atenção por todos. V. Ex.^a tem a coragem de dizer o que pensa e sabe o que quer, e por isso a sua luta reveste-se de grande interesse para este País.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Sou grato a V. Ex.^a pela generosidade com que acolhe minhas palavras.

O Sr. Fausto Castello-Branco — V. Ex.^a permite um aparte, nobre Senador Waldemar Alcântara?

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Com muita alegria.

O Sr. Fausto Castello-Branco — Desejo, de início, congratular-me com V. Ex.^a Tenho assistido, já, a alguns discursos nesta Casa, trazidos pelo brilhante Senador, e apraz-me, sobretudo, ouvir falar em saúde pública, assunto que tem fugido aos debates na era tecnológica que atravessamos. Estou de pleno acordo com V. Ex.^a, quando diz que é necessário tornar mais dinâmico o que temos em saúde pública. Não se pode modificar estruturas sem ter outras estruturas para substituí-las. Ontem mesmo, o Exm.^o Sr. Ministro da Saúde, numa conferência na Escola Superior de Guerra, trouxe dados, por todos nós conhecidos, sobre mortalidade infantil e doenças transmissíveis. Nós, na qualidade de médicos, que fazemos saúde pública, sabemos que a base de todos os problemas nacionais que enfrentamos se prende à medicina preventiva, à que V. Ex.^a já fez referência. O Ministro da Saúde falou sobre a mortalidade infantil como a sua principal meta. A criança é o problema do Governo, e não se tem tornado despercebido ao Governo, principalmente, ao Presidente Médico. Não podemos culpar só os orçamentos da República, não nos podemos deter só nesta deficiência orçamentária. Precisamos é de modificar e dinamizar principalmente o trabalho de saúde pública, e no setor da medicina preventiva, pois o grosso das moléstias transmissíveis, o grosso de doentes que se vê nos consul-

tórios médicos é consequência da não prevenção dessas doenças. Estou de acordo com V. Ex.^a e desejo felicitá-lo pelo seu brilhante discurso.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Muito grato a V. Ex.^a que de certo modo antecipou alguns conceitos que ainda teremos oportunidade de emitir. Referimo-nos, Sr. Presidente, à falta de diretriz, na ação da saúde públicas embora, no particular, as medidas relativas à Reforma Administrativa prevista pelo Decreto-lei n.º 200, e outras modificações introduzidas posteriormente sejam de grande valia, não resta dúvida, caso postas em prática.

O treinamento do pessoal auxiliar é medida que se impõe em primeiro plano ao lado do acionamento da maquinaria do setor saúde, paralisada já há algum tempo e sujeita a desgastes pela corrosão. Torna-se necessário depois “dar o toque no botão” e “controlar a velocidade”, em termos de produção, produtividade e rendimento dos instrumentos que serão utilizados. É exatamente o ponto nevrálgico da problemática de saúde a relação recursos X produção, em função da relativa escassez do primeiro quando comparado à uma baixíssima produtividade. O simples reajuste será o ponto de partida para a atualização de todo um sistema, até então, estacionário.

Outras medidas de fragmentação, ao lado de uma estrutura técnica fortalecida, serão suficientes para melhorar os níveis de saúde das populações, acompanhando assim o esforço desenvolvimentista do Nordeste, despertado durante o período revolucionário e já com prognóstico realmente animador, principalmente no setor industrial e agrícola.

Estas medidas visam, acima de tudo, diminuir o desnível sócio-econômico das diversas áreas do País, sem contudo atingir a homogeneização, mas garantindo melhores dias e aumento do bem-estar das populações subdesenvolvidas. A regionalização dos Estados, baseada na possibilidade de um planejamento mais compatível, sem contudo fugir aos interesses do contexto nacional, trazem como resultado uma redução da área e da população a ser assistida, do ponto de vista técnico, facilitando a introdução, controle e coordenação das metas a serem atingidas.

Há muito que já deveria ter sido radicalmente substituído o sistema de assistência médica no Brasil. Estamos neste particular atrasados muitos anos, conservando uma política assistencial incompatível com as normas revolucionárias impostas, no País, exemplificadas pelas atuações dos Ministérios da Educação, dos Transportes e das Comissões, afóra outros.

A época atual de completa ressonância com o avanço da tecnologia

não permite mais o conceito de “Medicina individual ou curativa” como a executada pelos órgãos previdenciários, e sim uma assistência médica integrada (preventiva e curativa) dentro de um Ministério da Saúde atuante e executivo. Aguardamos a Lei Básica de Saúde a qual deve conferir ao Ministério da Saúde poderes para executar toda a Política de Saúde do Governo Federal, reservando para a Previdência Social os encargos com os aposentados, com as pensões, com o amparo social, pois para isto ela foi criada.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Com prazer.

O Sr. Cattete Pinheiro — Quero solidarizar-me com V. Ex.^a pela iniciativa feliz de lembrar, nesta Casa, de maneira tão objetiva, o Dia Nacional da Saúde. Traz V. Ex.^a como contribuição ao Poder Executivo as sugestões, eu diria a programação, que enfeixa no seu discurso magnífico, traduzindo, mais uma vez, as preocupações de todos aqueles que, como V. Ex.^a, estão voltados para os problemas de saúde em nossa nacionalidade. Conseguíssemos que o discurso de V. Ex.^a encontrasse eco no Poder Executivo, e levasse o Ministério da Saúde a tomar posição frente à problemática nacional, hoje tão destacadamente enfrentada por setores outros do Governo já referidos por V. Ex.^a, e teríamos nós, talvez, conseguido uma primeira etapa, positiva como necessária, no sentido de levarmos à formação daquela consciência já adquirida pelos governantes do nosso País, no que se refere à educação, quando hoje se afirma “educação é investimento”. O que precisamos criar nesta Nação, é justamente a necessária conscientização dos seus Governos, mostrando e demonstrando que Saúde Pública também é investimento, e que, sem saúde não conseguiremos, de fato, tornar realidade o desenvolvimento, a marcha para o bem-estar do nosso povo. Dentro deste pensamento, Senador Waldemar Alcântara, desejo manifestar a minha solidariedade a V. Ex.^a, na esperança de que não se passe mais um “Dia Nacional da Saúde” sem que o Ministério da Saúde desperte decisivamente para esses grandes problemas da Nação Brasileira.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Senador Cattete Pinheiro, somos muito gratos a V. Ex.^a que, sendo um virtuoso do assunto, traduziu num simples aparte, talvez de maneira muito mais eloquente, todo o objetivo do nosso discurso, que outro não é senão sensibilizar o Ministério da Saúde para a sua grande função neste País, que, na escalada do desenvolvimento, não se coloque em sintonia com os demais órgãos governamentais esquecendo-se de que a Saúde Públi-

ca é também um investimento do mais alto valor, é, sobretudo, uma atividade de infra-estrutura, sem a qual nada se poderá construir de sólido e duradouro.

Finalizando estas considerações iniciais — vamos chamar de iniciais, mas não se atemorizem que não iremos longe —, diremos que as medidas de ordem assistencial médico-sanitárias sugeridas, visando ao controle e/ou erradicação de alguns danos à saúde deve-se alicerçar nos seguintes pontos:

1. Combate, em alta prioridade, às doenças transmissíveis, em função da eficácia e grande diversificação atual dos agentes **IMUNIZANTES** conhecidos, com racionalização técnica dos custos. Naturalmente, esta atividade requer a realização prévia de campanhas elucidativas, orientadas com relevância para as atividades de vacinação em massa contra a varíola, o tétano, a difteria, a coqueluche, a poliomielite, a tuberculose, o sarampo e outras mais recentes.

2. Incremento ao saneamento básico, quer através de soluções definitivas ou temporárias.

3. Intensificação da luta contra a tuberculose pulmonar, em Unidades Sanitárias polivalentes.

4. Execução de medidas de proteção à maternidade e à infância.

5. Incremento das pesquisas aplicadas à Saúde Pública.

6. Ampliação da rede de Unidades Sanitárias integradas.

7. Em síntese: educar, sanear, imunizar e tratar.

Este é um enfoque — para usar a palavra da moda — da saúde no Nordeste brasileiro. Mas nós não poderíamos comemorar o Dia Nacional da Saúde argumentando com dados só do Nordeste, aliás pouco diferentes do resto do País, não devidamente quantificados para não abusar da paciência de V. Ex.^{as}

E como há algum tempo vínhamos preparando para tratar do assunto em maior profundidade, visando, exatamente, a sensibilizar o Ministério da Saúde para as suas tarefas específicas, vínhamos nos preparando, repetimos, para fazer um discurso no Senado, pedindo a atenção dos órgãos competentes, que se devem preocupar ou tenham a responsabilidade de cuidar deste assunto, elaboramos este trabalho, dando-nos ao cuidado de fazer um pequeno histórico da evolução da Medicina no mundo inteiro. Não vamos lê-lo para os Senhores. Entregamo-lo à Taquígrafia para oportuna transcrição.

“EVOLUÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

A preocupação de proteger a saúde acompanha o homem através dos tempos. Assim, podemos distinguir a **Era Pré-Histórica** em que, praticamente, nada existia de saúde pública

e a **Era Histórica**, onde temos toda a evolução da saúde pública. Nesta última, temos o **Período Pré-Científico** e o **Período Científico**.

1. **Período Pré-Científico** — vai do começo da Era Histórica até as primeiras décadas do Século XIX. Nesse período temos duas fases: a do **misticismo**, em que a Medicina e a saúde pública estavam ligadas à magia, à religião; a **fase do empirismo**, em que a Medicina e a saúde pública se separaram, do sobrenatural, da religião e do misticismo. Segundo Castiglioni, “o médico grego não era nem profeta, nem sacerdote ou mágico. Não era um depositário dos segredos divinos, mas um agente independente guiado pelos seus próprios pensamentos críticos, pela necessidade premente de pesquisa para uma explanação lógica dos fenômenos da natureza”. Nesta fase, tivemos o desenvolvimento da higiene pessoal, do saneamento urbano. O primeiro grande aqueduto foi construído em Roma, no ano 312 a.C. A assistência médico-hospitalar teve incremento com o desenvolvimento na Europa da rede de leprosários, bastando dizer que no começo do século XIII existiam 19.000 leprosários. A quarentena teve sua origem em Veneza (século XII); o isolamento do contato de doente de peste, no século XIV. Surgiram novos conhecimentos sobre o contágio da sífilis (século XVI), profilaxia do escorbuto (século XVII), a varíolação e a vacina (século XVIII), o tratamento da malária pelo quinino etc.

2. **Período Científico** — teve início em 1832, com a nomeação na Inglaterra de Edwin Chadwick para o cargo de assistente da Comissão Real para pesquisar as condições de operação e administração da Lei dos Pobres. Publicou esse sanitarista, em 1846, **The Sanitary Condition of the Labouring Population**, onde podemos verificar a aplicação da Estatística à investigação em saúde pública. Nesse período distinguimos as seguintes fases:

a) **Fase de assistência médico-sanitária e de saneamento do meio (1832/1875)**

Aqui ocorre uma ampla aplicação da Estatística à pesquisa em saúde pública acompanhada de um amplo desenvolvimento de assistência médico-sanitária e do saneamento do meio.

b) **Fase bacteriológica ou fase de Pasteur (1875/1917)**

Nesta fase o controle das doenças endêmicas — epidêmicas tende a ser a principal prioridade de saúde pública. Foi a época das grandes descobertas na bacteriologia, na imunologia, no combate a vetores de doenças transmissíveis etc. Surgiram os postos de distribuição de leite aos necessitados. Grande número de doenças epidêmicas foram controladas, por exemplo a mortalidade por difte-

ria na cidade de Nova Iorque caiu de 785 para 1,1 por 10.000 habitantes. A mortalidade geral e infantil diminuiu intensamente havendo um aumento da vida média.

c) **Fase da Medicina Preventiva (1917/1942)**

O seu início se verificou com a fundação da primeira escola de Saúde Pública nas Américas — “John’s Hopkins” — observou-se o desenvolvimento da virulogia e da hormonoterapia. Houve o incremento da criação de unidades locais polivalentes e especializadas, que se dedicavam mais a medicina preventiva, através do exame médico periódico da criança, do escolar, da gestante. A medicina curativa, quando exercida pelos serviços de saúde, abrangia o tratamento ambulatorial ou hospitalar das doenças transmissíveis como as venéreas, a tuberculose, a lepra e as psicopatias, que eram tratadas em hospitais especializados. A educação sanitária tomou incremento. A mortalidade geral e infantil decresceu nos países tecnologicamente desenvolvidos, com aumento da vida média em anos.

Do citado trabalho, apenas destacaremos, de imediato, numa rápida referência, o chamado ciclo partoriano da medicina e o que se lhe seguiu para salientar a fase áurea da medicina brasileira, particularmente da Medicina Tropical quando os trabalhos realizados no Instituto Oswaldo Cruz e na tradicional Faculdade de Medicina da Bahia se projetaram no mundo inteiro como contribuição científica de grandes pesquisadores brasileiros como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Pirajá da Silva e Gaspar Viana para só citar os nomes que no momento nos ocorrem à memória. Foi uma fase de grande produtividade e de descobertas com implicações muito proveitosas no combate às endemias rurais, antecipando-se à conceituação da medicina preventiva.

Ocupar-nos-emos agora apenas da Medicina Integral ou Social, que é a Medicina do momento, e que teve início em 1943 — sabe-o muito bem o Senador Cattete Pinheiro — com a criação da UNRRA, associação das Nações Unidas para socorros e reabilitação, cuja finalidade era prestar assistência social global, inclusive médico-sanitária, aos países devastados pela guerra.

Entendemos que a Medicina em Saúde Pública deve ser aplicada de modo global, integral, sem divisão rígida entre atividades preventivas e atividades curativas. O indivíduo, doente ou sadio, não pode ser observado com exclusão do seu meio físico, biológico e social. Os problemas da Saúde Pública devem ser investigados e estudados de modo integral e relacionados com outros problemas não sanitários. O planejamento de medidas a serem executadas deve ser

elaborado por uma equipe de técnicos, dentro de uma distribuição geral de prioridades. Atualmente, a saúde é um direito extensivo a todos os cidadãos. Nos países que se encontram nessa fase, fase atual, a mortalidade geral e infantil são muito baixas, em torno de 8 a 9 por mil habitantes, e de 15 a 20 por mil nascidos vivos, respectivamente — em contraste flagrante com a nossa situação. A mortalidade por doenças infecto-contagiosas é quase nula, a vida média ao nascer está acima de 70 anos de idade (entre nós, 49 anos).

Predominam entre os problemas de saúde pública os ligados às doenças crônicas da idade madura e velhice, como também as psicopatias.

A Organização Mundial de Saúde, em 1947, introduziu o conceito de bem-estar social como imprescindível para a manutenção da saúde.

Com o advento da energia atômica, surgem novos problemas de saúde coletiva, das quais destacamos:

a) os relacionados ao saneamento, devido a poluição do meio físico pelos resíduos oriundos de substâncias ionizantes utilizados para fins comerciais ou militares;

b) os reflexos nesta geração e nos que se seguirem a uma eventual guerra atômica;

c) os reflexos para a saúde individual e a coletiva das viagens interplanetárias.

Uma das características da Saúde Pública contemporânea é a sua aplicação de modo integral à comunidade.

Leavel e Clark, contribuíram grandemente para o desenvolvimento dessa ciência, quando expuseram o que denominaram "Níveis da Medicina Preventiva", que nada mais é do que os próprios níveis da Medicina, encarada de modo global:

- 1 — Proteção da Saúde;
- 2 — Prevenção da doença;
- 3 — Diagnóstico e tratamento precoce;
- 4 — Limitação da incapacidade;
- 5 — Reabilitação.

O binômio saúde-doença é indivisível e seja qual for a posição dos serviços de atenção médica dentro de um plano de desenvolvimento econômico e social, ou de um plano integrado de saúde, não se justifica continuar discutindo se as funções individuais de proteção e promoção devem exercer-se independente dos cuidados ao enfermo. A única Saúde Pública recomendável, a que oferece mais amplas possibilidades de chegar ao conhecimento real, e a Saúde Pública chamada integral, global ou total. Ela é tridimensional, pois considera tanto na saúde, na doença ou no paciente os três elementos que o constituem, a saber, o orgânico, o psíquico e o social e o faz não meramente combinando-os,

mas sim integrando-os de modo dinâmico. Há diferença entre integração dos serviços médicos e a dos serviços de Saúde Pública. A primeira, em comparação com a segunda, é mais restrita, pois se preocupa com o homem e o binômio saúde-doença. A Saúde Pública tem necessidade, muitas vezes, de intervir, se possível em determinadas condições do meio físico, do meio biológico, do meio social, de modo a promover ou restaurar a saúde e prevenir a doença da comunidade.

Diante disto, os programas de valorização das áreas subdesenvolvidas, em todo o mundo e no nosso País, devem-se capacitar da importância de recuperar o homem como uma das metas mais importantes a atingir e os economistas têm de incorporar em definitivo tal concepção, segundo as recomendações que constam na Ata de Bogotá e na Carta de Punta del Este, pelos quais aos planos de desenvolvimento devem-se vincular os programas de Saúde Pública.

Justifica-se perfeitamente tal conceituação por parte de governantes, pois quanto melhores as condições de saúde da população, tanto maiores serão as possibilidades econômicas de um país. Quando este gasta excessivamente em Medicina curativa, é compelido a reduzir as inversões em Medicina preventiva e bens de produção. Conquanto a Medicina e a Saúde Pública não resolvem, por si só, os problemas de produção e bem-estar social, podem influir na sua solução, ao evitar mortes prematura, diminuir as causas de incapacidade de trabalho — temporárias ou definitivas — assegurando padrões mínimos de saúde e bem-estar das comunidades.

O Sr. Cattete Pinheiro — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Com grande prazer. Sempre ouvimos V. Ex.^a como um mestre.

O Sr. Cattete Pinheiro — Bondade de V. Ex.^a Quando se programam metas prioritárias no combate à mortalidade infantil, é de se esperar a não reincidência em certos erros do passado. Já houve época, neste País, em que o combate à mortalidade infantil constituía slogan e bandeira com que se pretendia justificar muitas das ações da Saúde Pública. É preciso no entanto lembrar, que não basta pretender fixar como meta prioritária o combate à mortalidade infantil, para depois continuar a acontecer o que sabemos ter sido a realidade neste País: amparo à vida da criança no seu primeiro ano de existência gastando a Nação recursos extraordinários, para depois vir essa criança a morrer no período de vida pré-escolar. Não basta considerar meta prioritária o combate à mortalidade infantil. É preciso pensar de maneira global, como disse muito bem V. Ex.^a, e, principalmente, lembrar que, após esse

primeiro período de vida da criança, há o pré-escolar, quando, em geral, fica completamente esquecida. Há um ônus extraordinário para a Nação no primeiro ano de vida do indivíduo, para, logo a seguir, deixá-lo morrer.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Congratulamo-nos conosco mesmos, porque, sem que tivéssemos mantido com V. Ex.^a qualquer conversa prévia sobre meu discurso, no que, aliás, fizemos mal, vemos que as idéias do nobre Colega afinam perfeitamente com as nossas, que não são exclusivamente nossas, como talvez não sejam de V. Ex.^a Estamos, tanto quanto possível, dando um quadro do que existe de mais moderno em matéria, em ação de Saúde Pública em todas as nações.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Obtém-se, segundo essa conceituação, maiores contingentes da população, capazes de fornecer mão-de-obra qualificada e produtiva para o custeio dos próprios serviços, propiciando o seu desenvolvimento técnico e social.

O Sr. Heitor Dias — Dá V. Ex.^a licença para um aparte?

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Com muita satisfação.

O Sr. Heitor Dias — Além da exposição feita por V. Ex.^a, acabo de ouvir a interferência muito oportuna do nosso ilustre Colega, Senador Cattete Pinheiro. S. Ex.^a se referiu à situação da infância ainda na idade pré-escolar. Entendo que o pronunciamento do nobre Representante paraense merece meditado, porque se trata de problema altamente grave em nosso País. Somente a partir de certa época, mais precisamente depois que o antigo SAM se transformou na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, dirigido pela grande figura, do Dr. Mário Altenfeld é que a questão passou a tomar novos rumos. Quero dar este testemunho, através de fatos, porque tive a honra de ser colaborador do eminente Governador Luiz Vianna Filho. Embora houvesse creches em Salvador, verifiquei haver um estabelecimento que cuidasse da infância até a idade a que se referiu o eminente Senador Cattete Pinheiro. Então, com o apoio da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, construímos, em Salvador, duas "Casas de Crianças" — não são creches, porque a faixa etária vai até os sete anos. Receberam elas o nome de "Casas de Crianças", — onde os pais deixam os filhos pela manhã, vão trabalhar, e voltam para buscá-los à noite; não preciso enfatizar o que representa de auxílio à gente humilde que precisa trabalhar, sem condições, portanto, para dispensar assistência permanente aos filhos durante todo o dia. De modo que, ratificando as palavras muito oportunas do eminente Senador Cattete Pinheiro e em apoio ao pronunciamento de V. Ex.^a, quero, mais uma vez, não só ressaltar a grande obra que vem realizando a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor,

através de convênios com os Estados, como também fazer um apêlo ao Governo Federal, no sentido de incrementar a construção de estabelecimentos dessa natureza, e que representam, sem dúvida nenhuma, colaboração de alta valia à gente humilde e de proteção à infância, que precisa ser amparada.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Muito grato a V. Ex.^a pela contribuição que traz ao meu pronunciamento.

Proseguindo nas considerações que vinhamos fazendo, enfatizamos: as repercussões econômicas das doenças dispensam comentários, visto que, as estatísticas demonstram que dada a elevada mortalidade entre os brasileiros em plena idade produtiva, entre os 15 e os 60 anos, o tempo médio de vida de trabalho é inferior aos dos habitantes de outras nações que conseguiram se libertar das doenças responsáveis por tal situação. Nos países desenvolvidos, a mortalidade muito elevada de pessoas jovens, já foi superada, resultando primeiro no estacionamento e depois no envelhecimento com curvas características. Nos países em desenvolvimento há predominância das populações jovens.

É preciso que os programas de saúde se ajustem às regiões a que se destinam, considerando a realidade sócio-econômica.

No Brasil, as condições sanitárias encontradas nas suas regiões fisiográficas evidenciam que, embora em algumas áreas já se justifique a manutenção de serviços destinados ao controle das doenças degenerativas, profissionais, etc., a grande maioria das atividades de Saúde Pública deve-se concentrar na luta contra as doenças transmissíveis, programas de saneamento e assistência médico-sanitária geral.

A população brasileira continua ameaçada por enfermidades como as diarreias infecciosas, a tuberculose, a lepra, o sarampo, a esquistossomose, a febre tifóide e tantas outras, para as quais dispõe a Saúde Pública de meios capazes de reduzi-la a níveis insignificantes, de modo que não comprometa a produtividade e a própria segurança nacional.

Estas e outras enfermidades produzem a morte de muitos brasileiros antes de atingir a fase economicamente ativa e os que conseguem sobreviver muitas vezes debilitados por doenças, perdem anualmente considerável número de dias de trabalho, transformando-se em fatores negativos.

O Sr. Dinarte Mariz — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Com toda a satisfação.

O Sr. Dinarte Mariz — Antes de V. Ex.^a terminar o seu discurso, não

podia deixar de congratular-me com o Senado da República pelo brilho com que V. Ex.^a está, nesta tarde, abordando um dos problemas mais cruciantes para a Humanidade, principalmente num País, como o nosso, em desenvolvimento. Queira V. Ex.^a, em nome do Rio Grande do Norte e daquela outra gleba com a qual não tive o prazer de me identificar pelo nascimento mas estou identificado pelo sofrimento, que é realmente a mais alcançada neste setor de saúde — o nosso Nordeste — aceitar os aplausos de todos os nordestinos que, estou certo, falam pela minha boca, pela brilhante oração que V. Ex.^a está pronunciando nesta Casa.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Muito grato a V. Ex.^a Esses sentimentos são, de certo, inspirados mais pela sua generosidade e pela amizade que nos liga. Tal situação se deve ao fato de não dispormos de uma infra-estrutura sanitária capaz de levar as técnicas de Saúde Pública a todos os municípios brasileiros, à dispersão de recursos, à falta de formulação e ordenação da Política de Saúde, em âmbito nacional e regional. A participação dos municípios no financiamento das atividades locais de saúde é condição precípua para que não sofra solução de continuidade as ações de Saúde Pública. Os órgãos de desenvolvimento regional e os de Previdência Social devem modificar a política de trabalho do Setor Saúde, de modo que se permita unificar as atividades de assistência médico-sanitária dentro da política a ser traçada pelo Ministério da Saúde. Não é possível continuarmos com tantos Ministérios a fazer Saúde, muitas vezes contrariando princípios básicos e normas elementares. Deverá ser feito um estudo profundo sobre as necessidades do Ministério da Saúde para atender as ações de Saúde Pública que o País requer e que a ele seja destinado maior soma de recursos, visto que com 1,3% do Orçamento da União é impossível termos um Ministério atuante.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o "Dia Nacional da Saúde" seja realmente assinalado não por estas palavras despretensiosas que acabamos de pronunciar, mas pela sensibilidade que possa despertar no Governo, no Ministério da Saúde, os problemas que acabamos de enfocar. Todos nós vemos que o Brasil partiu, realmente, para uma fase de desenvolvimento, mas o descompasso entre os órgãos desenvolvimentistas propriamente ditos e a Saúde Pública é tão evidente que cabe a nós, homens do Governo, fiéis à política do Governo, trazer esta colaboração, que fazemos no melhor sentido. (Palmas.)

O SR. FERNANDO CORRÊA — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Ao contrário do que todos possam pensar, não quero felicitar V. Ex.^a mas a mim mesmo,

como Presidente da Comissão de Saúde, por haver solicitado a V. Ex.^a fizesse esta fala no "Dia Nacional da Saúde". V. Ex.^a abordou com tal precisão, com tal conhecimento de causa, com tal cultura, com tal humanidade, que o Senado todo ouviu muito interessado as suas judiciosas palavras. Quero felicitar toda a Comissão de Saúde por ter delegado a V. Ex.^a poderes para falar em seu nome, neste dia tão significativo da Saúde Nacional.

O SR. WALDEMAR ALCANTARA — Resta-nos apenas dizer que procuramos ser fiel, ser digno da missão com que honrou o nosso ilustre Colega, Presidente da Comissão de Saúde. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ADALBERTO SENA NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JULHO ÚLTIMO QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES.

O SR. ADALBERTO SENA — Senhor Presidente e Senhores Senadores, como é do conhecimento da Casa, na antepenúltima semana, novamente reuniu-se, desta vez em Santiago do Chile, o Parlamento Latino-Americano, em sessões preparatórias da sua Assembléia ordinária a ser realizada em Caracas, no próximo mês de agosto.

Cerca de cinquenta parlamentares de oito países, inclusive o nosso, ali se congregaram para debater novos temas e exteriorizar novos sentimentos, revigorando os ideais de solidariedade e de integração entre os povos latino-americanos, já solenemente afiançados nos encontros que se vêm promovendo, anualmente, desde a instituição desse organismo internacional na capital peruana, em 1964.

Os trabalhos foram inaugurados, na sala das sessões da Câmara dos Deputados, das 12 às 14 horas do dia 5 do corrente, ou seja, no dia seguinte ao em que se comemorou o aniversário da instalação do Congresso do Chile, ocorrido há 160 anos, antes mesmo, para maior glória dos chilenos, de ser declarada a sua total emancipação do domínio espanhol.

Na solenidade, duas orações se destacaram entre outros pronunciamentos: a do Presidente do Senado do Chile, Sr. Patricio Aylwin, que expressou as boas-vindas às delegações e, referindo-se à necessidade da integração econômica e política dos povos do continente, ressaltou como "insubstituível o papel dos Parlamentos no atual processo de mudanças em que vive a América Latina", e a do Senador venezuelano Jorge Dager, o qual deu ênfase à sua afirmação de que "a luta do Parlamento Latino-Americano não é destinada apenas à integração, senão também à manutenção de governos populares, atra-

vés do fortalecimento da atividade e da função parlamentar”.

Desta vez, ali funcionaram separadamente duas comissões: a de Integração Econômica e a de Integração Política, ficando a delegação brasileira assim distribuída: na primeira, o Senador Arnon de Mello e os Deputados Pacheco Chaves e Delson Scarrano, e, na outra, os Deputados Geraldo Guedes e o Oceano Carleial, além de o orador que ora ocupa a tribuna.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com todo prazer.

O Sr. Ruy Santos — Quero congratular-me com V. Ex.^a por essa espécie de prestação de contas que faz ao Senado, da delegação que recebeu, para participar desta reunião interparlamentar na América. Sempre defendi a tese de que todos os representantes, tanto na Câmara como no Senado, têm o dever de, ao retornar, prestar contas à Casa do que se passou e de como agiu, a serviço da cultura política da terra que representa, no caso, o Brasil.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado a V. Ex.^a por me reconhecer esta condição nas palavras que ora pronuncio. Realmente, julguei do meu dever fazer essa prestação de contas, mesmo porque, como V. Ex.^{as} verão, ela envolve problemas de grande atualidade para o nosso País.

Numa e noutra, as atividades prolongaram-se, em duas sessões diárias, até o dia 7, sempre animadas de vivos debates.

Na tarde desse mesmo dia, realizou-se a sessão conjunta das comissões, ponto mais alto do conclave. Ali, com efeito, foi submetida à deliberação final toda a matéria que as comissões aprovaram, além de mocções e indicações que surgiram no transcurso da reunião.

Esta sessão foi presidida, de fato, pelo Vice-Presidente, Senador Arnon de Mello, de nossa delegação, embora o Presidente escolhido tivesse sido o Senador chileno Tomás Reys. Foram aprovadas propostas das duas comissões, as quais serão examinadas em agosto, na reunião de Caracas. Quanto, porém, a um Projeto de Tratado, ficou acertado que a matéria constante de seu art. 131, seria objeto de deliberação da próxima Assembléia Plenária do Parlamento Latino-Americano. Também foram aprovadas as seguintes indicações:

a) da Nicarágua, outorgando ao Departamento Técnico de Integração do PLA, o caráter de organismo técnico de apoio e de consulta dos parlamentos nacionais dos países membros;

b) da Venezuela, exprimindo a satisfação do PLA pelas medidas que devolvem a soberania do povo argentino, através de eleições;

c) do Chile, exortando todas as nações ao livre exercício dos Parlamentos;

d) do Brasil e Colômbia, apelando ao Congresso dos EUA para que se modifique o tratamento aos países cafeicultores, evitando atos de agressão econômica;

e) do Chile, libertando todas as matérias-primas dos países latino-americanos, da tutela imperialista;

f) da Venezuela, dando apoio ao Parlamento Venezuelano, pelas medidas que vem tomando a favor do seu desenvolvimento econômico independente.

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO POLÍTICA

Por força de tal subdivisão dos trabalhos, o depoimento, que ora me cabe, terá de limitar-se aos da comissão da qual participei, ainda porque, a respeito dos da outra, em breve vos falarei, com a sua acuidade de observador e de estudioso, o ilustre Senador Arnon de Mello.

De início, tivemos de lamentar que somente oito, dentre as nações latino-americanas, pudessem enviar delegados àquela reunião. A presença ali verificada, do Brasil, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, da Nicarágua, de El Salvador, do Uruguai e da Venezuela, mal atenuou o nosso descontentamento ante a ausência de representações de outros países, em número quase equivalente, e já filiados ao movimento de integração, seja em razão de recessos dos respectivos parlamentos, seja por outros motivos que desconhecemos ou não chegamos a bem compreender.

Contrabalancando, porém, — e com vantagens — esta única impressão negativa, a reunião ofereceu resultados dos mais promissores, trazendo novas e valiosas contribuições ao acervo de deliberações de alto nível e real interesse continental consagradas nas anteriores.

Na Comissão de Integração Política os trabalhos se iniciaram pelas escolhas do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator que recaíram, respectivamente, no Senador chileno Tomás Reys, na Deputada colombiana Senhorita Gabriela Zuleta e no Deputado Júlio Adolfo Rey Prendes, de El Salvador, sendo os dois primeiros indicados pela delegação da Colômbia e o último pela da Nicarágua.

O tema fundamental, senão o único essencialmente ali debatido, foi o do estudo sobre a “Instituição Parlamentar na América Latina: Realidades e Perspectivas”, de cuja apresentação fôra incumbido, na reunião precedente de Bogotá, o Senador chileno Tomás Pablo, do Partido Democrata Cristão.

Esse estudo, que é longo, eu o poderia, talvez, oferecer em anexo a este discurso, a título de subsídio para

os que particularmente se interessarem pela sua leitura. Por dois motivos, preferi, no entanto, lê-lo ou resumí-lo nos pontos substanciais. De um lado porque, tendo êle, monopolizado as discussões, na quase totalidade de tempo das sessões, não me parece bem omiti-lo no conteúdo de um relatório que, por seu caráter, não haveria de reduzir-se a simples ata ou resenha dos trabalhos. Ademais — e eis aí a principal razão — por se tratar de análise de questões de palpante atualidade entre nós, ora interessados na assim chamada reforma do Poder Legislativo.

Começou o ilustre parlamentar por reconhecer os obstáculos que se antepuseram à elaboração do seu trabalho.

Para abordar o tema — disse êle — tropecei em muitas dificuldades, a primeira das quais “foi não ter encontrado estudos sistemáticos sobre a realidade em que se desenvolve a atividade parlamentar na América Latina”. De modo geral, só estiveram ao seu alcance apreciações vindas de fora do continente; e justamente por isto já insinuava a possibilidade de um voto no sentido de que o Parlamento Latino-Americano venha a dispor de recursos próprios, seja com a ajuda de alguma organização internacional ou a colaboração das universidades, seja mediante a constituição de um grupo de técnicos que estude a realidade parlamentar nas distintas nações, em função da eficácia desejada para a nossa atuação. Esses cientistas políticos poderiam empreender um estudo cabal de um tema de tanta relevância e, em face do qual o que estava submetendo à nossa consideração, não poderia ser encarado senão como uma introdução ou convite ao diálogo.

Todavia, superando esta e outras dificuldades, entre as quais as diferenças das realidades parlamentares de cada país, restava-lhe a crença de que, neste momento, existe algo que nos une mais ou menos intensamente: é o desejo generalizado no continente, de uma mudança das estruturas onde se apóia a vida das nossas nações.

Não se quer mais a imensa distância social existente no seio de nossos povos “onde poucos possuem muito e muitos nada têm; não se quer desigualdade de oportunidades para se alcançar o saber, a cultura e as possibilidades de trabalho pelos distintos homens de cada país”, não se quer a concentração da terra em poucas mãos, havendo tantos que nela trabalham e a podem fecundar investidos na sua posse; não se quer o monopólio na atividade industrial, nem a falta de participação na condução das empresas, dos respectivos obreiros os quais, em alguma medida, também querem decidir quanto à sorte do seu próprio trabalho, para usufruir benefícios maiores dos que os dos estípidos que lhes são pagos; não se quer,

por fim, um mundo — disse êle — no qual alguns setores permanecem de todo marginalizados.

E diante do que “não se quer”, o que se quer, o que se deseja é “uma participação geral de todos os que integram a comunidade política, para se beneficiarem da cultura, do bem-estar e do poder”.

Estabelecendo paralelo entre as condições sociais nos séculos XIX e XX, conclui, citando Toynbee, que a característica dos tempos atuais é precisamente êsse afã de elevar o homem comum, essa urgência que cada vez mais impõe ao Estado o dever de promover tal elevação, naqueles termos de justiça social. Disso decorre necessariamente a participação do Parlamento nos processos de mudança.

Nessa participação, é preciso que êle também mude para tornar-se mais eficaz e dinâmico.

Para essa mudança, para essa transformação, em termos de eficiência, o primeiro problema a se considerar é o da forma pela qual iremos incorporar o regime que garante as liberdades num sistema realmente eficiente para a construção de uma nova sociedade capaz de possibilitar a paz social.

O Senador Tomás Pablo inicia a análise de tal problema descrevendo a presente situação do Parlamento na América Latina. Nesta, há seis países que não o têm: Cuba, Panamá, Argentina, Bolívia, Peru e Equador. Na maioria dos restantes, todos organizados conforme o esquema da democracia representativa, os parlamentos têm exercido, em muitos casos, um papel meramente formal dentro de regimes em que aquela nem sempre tem, de fato, imperado. Como regra geral, pode-se comprovar que o Parlamento é uma instituição sem poder, sem imagem pública, sem força política e sem prestígio suficientes, tudo isto em consequência de uma crise institucional, de uma crise política e de uma crise técnica.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite Vossa Excelência aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Ex.^a não imagina a satisfação com que todos nós estamos ouvindo o magnífico relatório que apresenta à Casa, como integrante da delegação do Senado. Para nós, democratas, é uma alegria vermos que a América Latina está começando a agrupar, novamente, os seus elementos democratas representando os Parlamentos. V. Ex.^a fez a citação de países que, infelizmente, ainda não têm representação, não têm seu Congresso aberto.

O SR. ADALBERTO SENA — Muitos deles já têm representação, mas

justamente em virtude do recesso em que se encontram os respectivos Congressos não puderam, neste momento, enviar representantes.

O Sr. Ruy Carneiro — Graças a Deus, pudemos fazê-lo. O Brasil mandou a sua Delegação e V. Ex.^a está prestando contas da ação desenvolvida pelos representantes do Senado brasileiro na conferência a que Vossa Excelência compareceu. Minhas congratulações à nossa representação e ao Senado Federal, pela ação desenvolvida naquela conferência.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado a V. Ex.^a

Continuando, Sr. Presidente e Senhores Senadores:

A CRISE POLÍTICA

A crise política patenteia-se, nesses países, mais como situação de fato do que de direito ou doutrina. As constituições latino-americanas consagram, sem exceção, o regime democrático representativo de governo e, dentro dêle, outorga ao Parlamento uma função relevante, própria da concepção demo-liberal. Nesse esquema, a razão pela qual os governados obedecem a seus governantes reside no que Burdeau denomina “institucionalização do poder político”. O poder do Estado é o poder do direito, e a expressão quase exclusiva do direito é a Lei. Se o autor e o artífice da lei é o Parlamento, a soma do poder político e o predomínio na ação de governo correspondem ao Parlamento, enquanto reconhecido como legislador.

Na prática, porém, os regimes políticos latino-americanos se caracterizam pela imposição e aceitação de um “hiperpresidencialismo” que converte o Poder Executivo no principal autor da lei e em um governante virtualmente isento de responsabilidade em face dos governados. Assim, o Parlamento tem pouca iniciativa em matéria legislativa, sendo a maior parte do que êle aprova promovida pela Presidência da República (tendência que, aliás, se observa em outros continentes) e, por outro lado, não fiscaliza eficientemente porque os seus mecanismos de controle e as faculdades de inquirir são notoriamente deficientes.

A profundidade e sentido desta crise política pode ser apreendida facilmente. O Parlamento, na generalidade dos casos, aparece perante os governados como um simples apêndice do Poder Executivo e, em muitas ocasiões, como obstáculo ao cumprimento de determinadas políticas. Para tal resultado concorrem numerosos fatores de ordem sociológica e política, que se poderiam resumir dizendo que o Parlamento carece de homogeneidade de representatividade.

Com efeito, enquanto, durante o século passado e as primeiras décadas do atual, o Parlamento representava um setor social predominante, ou seja, o único em condições de exercer o poder político, e era dotado, em larga medida, de unidade de pensamento e ação em face dos problemas econômicos e sociais, nas últimas décadas, os setores que têm ascendido ao Parlamento são bastante variados na sua índole e se movem por força de interesses materiais distintos e conforme ideologias contraditórias.

O processo de democratização do governo teve, como uma das suas características, a ingerência na coisa pública de setores outrora marginalizados — fato que tem levado a conviverem, no seio da assembléia legislativa, grupos políticos que têm, cada um, como principal objetivo, liquidar o grupo político contrário e o setor de interesses que êste representa.

Nestas condições, a antiga homogeneidade, o antigo espírito de corpo ou unidade do Parlamento ante muitos dos problemas que hoje nos inquietam, tem sido substituído por uma situação de conflito permanente, de combate político diário e de divergência de critérios que transforma o seu trabalho em uma situação transaccional cotidiana.

A esta falta de homogeneidade soma-se, em muitos casos, a falta de representatividade. Muitos sistemas eleitorais e modalidades dos colégios eleitorais apresentam aspectos que, unidos a outros vícios generalizados, tiram amplitude e sinceridade à manifestação da vontade dos eleitores.

A propósito, observa o ilustre parlamentar, a influência, no mesmo sentido, do pluripartidarismo vigente em muitas nações. Pode comprovar-se uma tendência para revigorar os Partidos políticos e para assentar na sua ação organizada, o próprio sistema eleitoral; e a tal ponto que o Partido se afigura ao eleitor como uma nova e mera imposição do sistema e assim continuará sendo até que os Partidos venham a ter uma clara definição ideológica e deixem de representar simples grupos, ao invés de amplos setores da sociedade.

Na medida em que, no campo de batalha constituído pelo Parlamento, continuam como protagonistas os Partidos políticos, são êstes também estigmatizados juntamente com a instituição parlamentar.

Daí, se afigura o Congresso como uma arena de conflitos “cuja função terapêutica nem sempre é bem entendida, nem aceita”. E embora o conflito de idéias seja apanágio e uma das condições da subsistência do regime democrático, entendido no seu sentido pluralista, vê-se que “para o cidadão comum, em geral não ideologizado, e para certos setores políticos

que buscam formas de governo denominadas de "centralismo democrático", essas relações conflituosas não produzem outro resultado senão o de esterilizar a ação do governo, protestando ou desnaturalizando, na sua tramitação no Parlamento as medidas governamentais, sobretudo, as referentes aos grandes problemas econômico-sociais.

Portanto, "falta de homogeneidade, escassa representatividade, relação interna conflituosas e intrascendência do trabalho que muitas vezes se lhes impõe — traços característicos de muitos parlamentos na América Latina — formam a mais débil base imaginável para exercer o poder político e para opô-lo aos restantes órgãos do poder do Estado". Esta é, Senhores Senadores, segundo o Senador Tomás Pablo, a dimensão da crise política do Parlamento.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com prazer, nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — V. Ex.^a quis ilustrar a sua exposição com uma síntese do trabalho realmente notável do Senador Tomás Pablo, que teve a honra de presidir o Senado chileno, Membro destacado do Partido Democrata Cristão, e que constitui uma contribuição valiosa neste momento em que o Senado se reúne para estudar as medidas capazes de fortalecer o processo legislativo. Além da contribuição valiosa que a presença de V. Ex.^a trouxe aos debates travados em Santiago, achou V. Ex.^a de incorporar ao seu discurso, em síntese, a brilhante contribuição do Senador Tomás Pablo, por tantos motivos ligado ao nosso País e uma das figuras exponenciais, desde o primeiro momento, do parlamento latino-americano.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado a V. Ex.^a

A CRISE INSTITUCIONAL

Se, como se viu, a crise política é uma "crise de poder", essa outra — a institucional — é uma "crise de função". Passando a considerá-la, parte o autor de mais larga conceituação das funções do Congresso. Não se cingem estas à criação da lei e à fiscalização dos atos governamentais. Aos parlamentos cabe, também, "decidir em política e sobre atos substanciais do Governo, e ainda mais, atuar como o grande gerador da opinião pública acerca dos grandes problemas nacionais e regionais" (esqueceu, diria eu, de incluir os internacionais).

No tocante à função legislativa, reconhece, dentro do panorama latino-americano, que, na criação da lei, a iniciativa do Poder Executivo supera a do Legislativo, não obstante ter-se instituído este como "Poder Legis-

lador". Mas não deixa de reconhecer, também, que tal circunstância não é exclusiva da América Latina e, a propósito, cita conclusões de dois estudos do assunto: a de Maurice Deuvergeir, quando assinalou o fato de que apenas 10% das leis votadas pelo Congresso inglês partiram de iniciativas parlamentares, e a de Challegger que, em sua obra sobre o Parlamento, calculou de 8 a 15 a percentagem das leis provenientes de tais iniciativas.

Isso se explicaria por simplíssima razão. É que, na formulação dos projetos de alta relevância (não dos de importância secundária), os governos acionam grandes equipes de técnicos em economia, direito, sociologia e outros especialistas, enquanto os parlamentos carecem de tais recursos e mesmo de assessoria adequada para enfrentar os problemas regionais.

Via de regra, o Poder Legislativo trabalha na base de dados fornecidos pelo Executivo, dados estes muitas vezes elaborados em função dos interesses do Governo e, não raro, por funcionários de categoria inferior. Sob outro ângulo, tem sido frequente, nos países do continente, a instituição da delegação de poderes do Legislativo ao Executivo, e a norma, embora constitucionalmente não adotada nesse ou naquele país, acabou, em alguns, por legitimar-se, seja pela influência do precedente de tal instituição em outros, seja por via de jurisprudência firmada nos tribunais.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Santos — O que V. Ex.^a diz, a condição em que atua o Executivo sobre o Legislativo, é perfeito. Um dos conferencistas em seminário da Universidade de Brasília, promovido por Bilac Pintó, um americano, declarou mesmo que o Legislativo Americano só passou a funcionar quase de igual para igual com o Executivo quando criou uma assessoria capaz de ajudá-la nos trabalhos. E este deve ser, e acredito que será, o esforço nosso na Comissão presidida pelo Senador Carvalho Pinto, que está procurando dinamizar e desenvolver melhor o trabalho do Senado.

O SR. ADALBERTO SENA — Este aliás, um dos aspectos da seriedade com que o Senador Tomás Pablo elaborou esse trabalho. É notável a sua preocupação nesse sentido.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Pois não.

O Sr. Guido Mondin — Eu não gostaria de deixar passar a oportunidade para lembrar o critério alemão a esse respeito. Visitei, em Bonn, uma das academias políticas e sei que tan-

to o Executivo como o Legislativo vão buscar subsídios, vão procurar estudo de projetos e até elementos do Bundestag, no Parlamento Alemão, vão à Academia e lá, em estudos que se prolongam por dias, se abastecem dos elementos necessários aos seus pareceres, para a elaboração das suas leis. É uma modalidade que eu diria assim intermediária entre aquela de o próprio Parlamento ter a sua assessoria perfeita e esta outra de só o Executivo ter uma assessoria. Então, encontra o Parlamento Alemão este meio termo, com o qual vem elaborando as suas leis.

O SR. ADALBERTO SENA — Aliás, o Senador Tomás Pablo se referiu a uma conversa que ele teve com um parlamentar alemão e assinalou, não nestes termos, mas em outros, esta diferença que existiria entre o funcionamento na América Latina e na Alemanha. É um ponto interessante, por mostrar não ser apenas na área do Executivo que os Parlamentos devem buscar subsídios, mas também na própria área da sociedade, o que é mais fácil nos países desenvolvidos.

Então, lia eu: dessa forma, consagrou-se, por imitação de modelos europeus, "nova modalidade institucional para o exercício da função legislativa, o que diminuiu ao máximo a participação que nela competia ao Parlamento. E, gradualmente, foi este perdendo a significação tradicional de que se revestia dentro do regime democrático representativo, para passar à condição de mero coadjuvante do trabalho que, nesse terreno, cumpre hoje primordialmente a Presidência da República".

Ademais, tem-se pôsto em dúvida a própria significação nacional do Parlamento, na medida em que, por falta de integração nacional, os nossos países se apresentam divididos por ideologias, setores ou classes, e organizados em partidos políticos. Através dos parlamentos "não se expressa bem a vontade nacional, a não ser que aceitemos por tal a vontade majoritária dos partidos, circunstância esta que nos obriga a um novo enfoque do papel que, nesse sentido, devem desempenhar os corpos legislativos". Em suma, institucionalmente não se pensa hoje no Parlamento como um "órgão tipicamente legislador, mas, preferencialmente, como um centro de debate político".

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a permite-me um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Adalberto Sena, venho acompanhando, com muita atenção, o que V. Ex.^a vem desenvolvendo, sobre o que se passou no congresso de onde V. Ex.^a acaba de regressar. No caso brasileiro, especificamente, o assunto

me interessa desde a Câmara dos Deputados, onde, externando as minhas preocupações quanto à distorção da imagem do Poder Legislativo junto ao povo brasileiro, tive a oportunidade de apresentar um projeto de resolução para a criação da **Revista do Congresso Nacional**, revista esta que iria levar ao povo brasileiro, principalmente aos órgãos classistas, aos grêmios estudantis, aos sindicatos, bibliotecas, de um modo geral àquela área onde não chega o **Diário do Congresso** nem a imprensa comum consegue chegar, tudo aquilo que é feito no Parlamento especialmente o que se faz nas comissões técnicas. Tentei, já àquela época, como novico, como néfito, no Parlamento, chamar a atenção dos meus Pares na Câmara dos Deputados, para essa imagem distorcida, negativa que chega lá fora, a ponto de sentirmos, posteriormente, quando do recesso do Congresso Brasileiro decretado pelo AI-5, total distorção do Congresso Brasileiro junto ao nosso povo. Houve, de certa forma, pelo menos superficialmente, uma certa euforia por parte de uma parcela ponderável do povo brasileiro, por sentir a nossa inutilidade, face à distorção da nossa imagem que chega junto à população brasileira. Vê V. Ex.^a que, sem dúvida nenhuma, há uma série de providências que devem ser tomadas, no sentido de nos fortalecer, de nos dar melhor assessoria, de nos dar melhores meios, para melhor legislarmos, para acompanhar a dinâmica do mundo atual e, de modo especial, do Brasil. Continuo insistindo que o grande mal, o grande adversário nosso é inegavelmente essa projeção negativa, essa falta de publicidade. Vejamos o exemplo da América do Norte. Lá existe, no Congresso norte-americano, um setor para fiscalizar se a publicidade do Executivo está maior do que aquela que é dada ao Poder Legislativo, a fim de que, promovendo o equilíbrio, o povo norte-americano se capacite, globalmente, daquilo que vem sendo feito pelos seus representantes no Congresso. Acredito que o legislador brasileiro, patrioticamente, se dotado desses meios, se dotado desse instrumental, especialmente se conseguir através de uma boa divulgação inspirar nos seus representados essa confiança que sentimos que nos últimos tempos vem diminuindo, como que desanarecendo em relação ao Congresso estará dando um grande passo para fortalecer o Poder Legislativo e — por que não dizer — a nossa democracia. Eram essas as considerações que queria trazer ao discurso de V. Ex.^a

O SR. ADALBERTO SENA — As considerações de V. Ex.^a se ajustam como uma luva àquelas idéias pelas quais propugnou o autor deste trabalho quando trata da chamada crise

técnica do Parlamento, como veremos adiante.

(Retomando a leitura.)

Com base nessas idéias, o desenvolvimento da tese aborda a análise da função fiscalizadora. Como órgão genuinamente representativo dos partidos e outros setores da opinião pública e como centro onde a oposição política encontra o seu meio natural de atuação, o Parlamento tem a missão de fiscalizar tanto a juridicidade quanto o mérito das atividades do Executivo. Se, legislando, ele deverá contribuir para a eficácia da ação do governo, fiscalizando, deve acautelar a liberdade, a segurança jurídica e a convivência democrática.

Não obstante, é de se reconhecer que a maioria dos nossos países carece de meios jurídicos e de força política para essa fiscalização. E esta nova disfuncionalidade ainda se agrava pelo fato de a crítica política raramente ser compreendida, no seu sentido e no seu alcance, pela opinião pública, a qual, sob a influência de conceitos anacrônicos e da falta de informação adequada se acostuma a acoiar o Parlamento que fiscaliza, de mero ator de atitudes "politiqueiras".

Outro aspecto da crise institucional ali considerado foi, como se viu, a falta de participação do Legislativo "nas decisões sobre políticas substantivas".

Tal feição particularizou-se na sua gravidade, em vista das condições em que a planificação vem aflorando, em nosso continente, como método de ação de governo. Em geral só o Poder Executivo promove o planejamento da economia; e, embora os respectivos estudos sejam, muitas vezes, confiados a funcionários não suficientemente categorizados, cuida-se de impor os seus resultados, como critérios, ao Poder Legislador.

A conseqüência é, pois, que assim não intervindo na fixação das metas, os parlamentares, por sua vez, não se sentem comprometidos nas decisões do Poder planejador e, não raro, tomam iniciativas de leis que se chocam com o planejamento governamental, ou, pelo menos, com este não se coadunam na consideração das prioridades.

A CRISE TÉCNICA

No discurso elucidativo do seu trabalho, pronunciado na primeira reunião da Comissão de Integração Política, eis como o Senador Tomás Pablo se referiu a essa crise:

"Em verdade, é bem difícil estabelecer técnicas adequadas para todos os países e em todas as latitudes. Não obstante, quisera chamar a atenção para alguns aspectos mais superficiais. O trabalho que tive de empreender não aborda profundamente o problema e recomendo que a sua elaboração seja confiada a técnicos.

Em primeiro lugar, ressalta a conveniência de mudar opiniões quanto ao número de membros das assembleias legislativas, a fim de que os seus debates se tornem produtivos.

A meu juízo, a fórmula chilena é satisfatória. Mas é evidente que se não pode estabelecer como norma geral, a de um país de dez milhões de habitantes e aplicá-la a um de cem milhões, como creio que tenha o Brasil."

É muito difícil manejar uma assembleia de 400 Deputados.

Neste ponto tivemos que apartear retificando para 310, como existe no Brasil.

"Parece-me que na Colômbia a Assembleia tenha 200 representantes, mas foi reduzida à metade.

De fato, quando são muitos os congressistas, a Assembleia é de difícil manejo. Neste sentido, cabe a possibilidade de diálogo no que tange as menos numerosas. Reconheço não ser equiparáveis a representatividade de dez milhões de habitantes e a de cem milhões. Mas o problema básico é que o manejo da Assembleia seja eficiente e produtivo o debate e, realmente, quando é muito grande o número dos que dele participam, muitas vezes perdem em importância as suas apreciações.

Em segundo lugar, está em cogitação a conveniência de que o regime seja bicameral ou unicameral. Há na América países de regime unicameral: El Salvador, Guatemala, Honduras, Costa Rica, Nicarágua, Panamá, Haiti também o teve, *pelo menos o tem ou o tem tido*. No meu trabalho, resvaléi em erro: o Paraguai tem regime bicameral."

Assim também cometeu erro em relação à Nicarágua que tem regime bicameral.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — (Soa a campanha.) — A Presidência lembra a V. Ex.^a que seu tempo está a terminar.

O SR. ADALBERTO SENA — Sr. Presidente, vou continuar a leitura, até terminar a tolerância de V. Ex.^a

"O mais generalizado, porém, em nosso continente, tem sido o regime bicameral. Suscitaram-se amplas discussões em torno do problema das Câmaras, porque não é um problema moderno. O sistema unicameral surgiu, no Direito Constitucional, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial. Entre as duas guerras teve grande difusão e boa acolhida em algumas partes. Depois, como constitucional tem prevalecido o bicameral. No meu modo de ver, não é fácil uniformizar critérios a tal respeito, pois onde existe regime federativo é evidente e claro que a Federação adqui-

re unidade precisamente por meio do Senado.

Razões há que induzem a andar mais rapidamente na tramitação das leis, mas não se deve esquecer que a rapidez é inimiga da profundidade dos debates.

Por outra parte, creio que valeria a pena o regime dar ênfase a uma referência ao regime de incompatibilidades da função parlamentar, tanto em face da Administração Pública, para que os congressistas tenham independência, como, em relação aos interesses privados, pois não há dúvida de que, numa mudança de estruturas, a independência para poder julgar, deve ser clara. Disso decorre, aliás, necessidade de os parlamentares terem uma remuneração adequada, honorários convenientes, os quais, sem constituírem fonte de lucros indevidos, permitam ao homem médio em geral dispor de uma base de subsídios capaz de satisfazer às suas necessidades. Muitos são os que não chegam ao Parlamento, não porque lhes faltem condições para isto, senão substancialmente, porque estão impedidos de abandonar suas tarefas habituais.

Também deve o Parlamento ter continuidade em seu trabalho legislativo. Em muitas partes da América Latina têm-se criado comissões permanentes que são as que realmente realizam o trabalho, pois as legislaturas são demasiadamente curtas. E isto tem gerado algures uma espécie de "diletantismo" parlamentar que, em minha opinião, não convém incentivar.

É fundamental, assim mesmo, que o Parlamento disponha de informação substantiva e de assessoria adequada. Eu gostaria de oferecer a esta Comissão, se o tomar por bem, o que a Diretoria de Informação do Senado do Chile poderá informar quanto à maneira pela qual realiza os seus trabalhos. Temos avançado um pouco nessa matéria. Não temos chegado em absoluto ao *desideratum* nem às metas finais, mas, como em outras partes não encontramos semelhante sistema, talvez pudesse interessar a alguns Senhores Delegados conhecer a experiência chilena, que estamos aperfeiçoando.

É ainda fundamental, como disse, a assessoria técnica, sobretudo se tivermos presente que os grupos sociais emergentes enviam ao Parlamento, como seus representantes, elementos sem a necessária experiência. Na realidade, o Congresso não pode ser um hemisfério de professores universitários, de gente que tenha cursado altos estudos. E, para lutar eficazmente em defesa dos interesses dos setores que representam, muitos parlamentares, sem excetuar os de alta consciência

política, necessitam de assessoria pertinente."

O Sr. Antônio Carlos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com muita honra.

O Sr. Antônio Carlos — Antes que V. Ex.^a conclua o brilhante discurso que está proferindo, desejo congratular-me com V. Ex.^a e a Casa, pela iniciativa que adotou, de trazer ao Plenário do Senado um relatório completo e circunstanciado das atividades da Delegação brasileira na reunião das duas principais Comissões do Parlamento Latino-Americano, realizadas em Santiago. V. Ex.^a expõe à Casa teses polêmicas, trazendo a palavra de eminentes Representantes de outros países, que deram seu depoimento sobre os problemas constantes da ordem do dia daquelas reuniões. Estou certo de que o relatório que V. Ex.^a traz ao nosso conhecimento não só servirá como um testemunho da seriedade, da dedicação, do trabalho que V. Ex.^a realizou, como também será base de inestimável valor para os estudos que se efetuam no Congresso brasileiro, no sentido de reforma do Poder Legislativo, com o objetivo de fazê-lo mais eficiente e cada vez mais capaz.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado.

Devo dizer a V. Ex.^a, nobre Senador Antônio Carlos, que o próprio autor dêse trabalho o colocou insistentemente em termos polêmicos.

E, em certa passagem do seu trabalho, ainda se lê:

"Outro ponto de crítica habitual e de incidência sobre a forma pela qual se desempenha o labor dos parlamentares, relaciona-se com a duração das legislaturas respectivas. Só em dois países, Chile e Uruguai, o Parlamento funciona durante a maior parte do ano. Os restantes o fazem em tempo muito mais reduzido, o que, entre muitas outras coisas, resulta que a legislação tenha caráter precipitado e não possa ser objeto de um estudo consciencioso. A existência da já referida "Comissão Permanente" não soluciona o problema, uma vez que acautela, apenas, a supremacia constitucional do Congresso."

O Sr. Benjamin Farah — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com muito prazer.

O Sr. Benjamin Farah — Estou ouvindo com atenção o brilhante discurso que V. Ex.^a pronuncia nesta tarde. Irei ler seu discurso e examiná-lo com maior cuidado, porque desperta interesse a matéria que V. Ex.^a traz ao conhecimento desta Casa. Na verdade, com suas observações acerca das reuniões do Parlamento Latino-Americano, V. Ex.^a presta inestimável ser-

viço ao Senado, ao Congresso brasileiro, enfim. Nestes tempos agitados em que o Poder Executivo, em toda a parte, procura ser forte e até mesmo — por que não dizer? — autocrático, o Parlamento tem uma missão muito importante e decisiva na consolidação da democracia. Se o Parlamento não der conta das suas obrigações, se o Parlamento não reouver as suas decisões, se o Parlamento não tiver o poder decisório, o poder deliberativo, na amplitude do termo, iremos perder terreno e também colaborar indiretamente para que o Executivo, em toda parte, faça do Parlamento um órgão quase que inativo. O discurso de V. Ex.^a é, realmente, um toque de clarim. Quero congratular-me com a Casa pela abundância da matéria, pela dedicação e pela lealdade da missão de V. Ex.^a — missão cumprida, poderíamos dizer. Meus parabéns! O nosso Partido se congratula com V. Ex.^a Tenho certeza de que estou falando em nome de toda a Bancada — o nosso Líder está ouvindo, todos os meus companheiros estão — tenho certeza de que concordam com o meu pronunciamento. Estamos felizes pela participação de V. Ex.^a no Parlamento Latino-Americano e pelo trabalho que vem de trazer ao nosso Senado.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com muito prazer, Senador.

O Sr. Franco Montoro — Acho oportuno, depois do oportuníssimo aparte do nobre Senador Benjamin Farah, ressaltar este aspecto, que parece realmente fundamental, dessa magnífica exposição que V. Ex.^a faz, a importância que tem o Parlamento na vida das democracias. V. Ex.^a destacou a função legislativa, a função fiscalizadora e a função política.

O SR. ADALBERTO SENA — E a função da criação da opinião pública.

O Sr. Franco Montoro — E a função da criação da opinião pública, que fica vinculada ao aspecto político do relatório do Senador Tomás Pablo. Quero citar um aspecto da importância dessa atuação do Parlamento Latino-Americano: há mais de dez anos, foi através dos Parlamentos que se levantou, no Continente, a idéia da integração da América Latina, de uma comunidade latino-americana. Poucos talvez compreendiam; muitos governos repeliam, achavam que era divisão no Continente falar-se numa integração da América Latina. Mas — e aí se resalta a importância política do Parlamento — aquilo que os Parlamentos diziam, há dez anos, começam agora os Executivos a sentir e proclamar e nisso merecem os nossos aplausos evidentemente. Ainda hoje, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil deu entrevista ressaltando a importância desta comunidade latino-americana, a integração de toda a

América Latina para que, juntos, os países possam lutar pelo desenvolvimento. Os Paramentos foram pioneiros, se anteciparam, apresentaram as primeiras luzes, e depois — é natural que assim seja — os Executivos começaram a compreender a lição. É a importância política do Parlamento. Daí a oportuna intervenção do Senador Benjamin Farah, ao lembrar que tudo isso supõe, como antecedente ou pressuposto, a luta pela autoridade, pela independência do Poder Legislativo. O Parlamento tem uma grande função, uma grande responsabilidade que é de todos nós. V. Ex.^a dá magnífica contribuição à luta pela normalização democrática da vida pública latino-americana e brasileira, com o seu esplêndido relatório. Quero associar minhas palavras às dos demais Senadores que se congratularam com V. Ex.^a

O SR. ADALBERTO SENA — Sou muito reconhecido às palavras, às ponderações de V. Ex.^a Devo dizer que, no decorrer deste discurso, este aspecto foi deixado exatamente para o fim, para uma conclusão.

O Sr. Franco Montoro — Desculpe se me antecipei às suas conclusões.

O SR. ADALBERTO SENA — A bem dizer, V. Ex.^a não se antecipou, porque, na referência, já lida, à função fiscalizadora dos parlamentos, o autor inclui a de acautelar as liberdades políticas.

O Sr. Benjamin Farah — Estamos em consonância com V. Ex.^a

O SR. ADALBERTO SENA — Obrigado.

Aí está, Sr. Presidente e Srs. Senadores, resumida em parte, mas textualmente reproduzida em pontos substanciais, o tema esboçado pelo Senador Tomás Pablo e que, conforme sublinhei inicialmente, foi o ponto alto das apreciações do grupo em que fui integrado.

Os conceitos e observações do ilustre parlamentar não se revestiram, como se vê, de caráter dogmático, nem se lhes emprestou o mínimo sentido de generalização. Descreve-se um panorama, delinea-se um quadro, mas, quanto a cada um dos detalhes significativos, a coloração dominante é invariavelmente aquela em que se deixa entrever a sugestão de novos matizes, ou, para usar a própria expressão do autor, um constante "convite ao diálogo".

Certamente as suas apreciações são cáusticas e, por vêzes, incisivas. Mas, se bem as interpretarmos uma a uma, na sua gênese e na sua seqüência lógica, bem veremos que de modo algum conduzem a ilações desfavoráveis à instituição parlamentar. O que sobretudo as inspira e as fundamenta é, pelo contrário, aquela prévia e inabalável convicção da necessidade de defendê-la. Mas defendê-la, não pela justificação de suas presentes condições funcionais, mas por meio

de mutações que, prestigiando-a e habilitando-a a trabalhos mais eficientes, a entrossem na dinâmica das transformações sociais e políticas que inelutavelmente se vão operando nas nações do continente.

Bem confirmam elas esta asserção de Ortega, citada, aliás, pelo autor: "existe uma série de objeções válidas ao modo de se conduzirem os Paramentos tradicionais, mas nenhuma autoriza a conclusão de que se deva suprimir a instituição parlamentar, senão, ao contrário, todas elas, por via direta e evidente, demonstram a necessidade de reformá-la. E o melhor que humanamente se pode dizer de alguma coisa é que ela necessita reformar-se, porque isto implica a convicção de que tal coisa é imprescindível e capaz de nova vida."

Por tudo isso, o trabalho do Senador Tomás Pablo, a par dos aplausos que recebeu, de pronto despertou o interesse dos delegados presentes, concentrando, daí por diante, as atenções gerais.

Aceito o "convite ao diálogo", representantes de vários países se esmeraram em apreciá-lo à luz das experiências nacionais, sempre com vista ao desenvolvimento das teses, mediante outras contribuições, todas tendentes à busca de denominadores comuns capazes de, tanto quanto possível, conferir ao problema a conotação de "comunidade", pela qual relativamente a esta e outras questões, vem invariavelmente se empenhando o Parlamento Latino-Americano.

Para não abusar da atenção dos colegas, limito-me a referir três dessas contribuições, a título de exemplos dignos de figurar neste relatório.

No decorrer dos debates, surgiu controversia quanto à opção entre o unicameralismo e o bicameralismo. O Senador Jorge Montes, do Partido Comunista chileno, pretendendo justificar o unicameralismo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) (Fazendo soar a campanha) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. ADALBERTO SENA — Peço a V. Ex.^a mais dez minutos para concluir.

... após criticar as chamadas "liberdades formais" pugnou pela instituição de uma Câmara Popular, dentro de um sistema em que fica prevista a expulsão dos deputados cuja atuação deixasse de corresponder à delegação popular que recebera.

Contrariamente a tal ponto de vista, duas manifestações não tardaram.

Em declarações à imprensa, o Senador venezuelano Jorge Dager, Presidente do Parlamento Latino-Americano, assim se expressou:

"Na realidade, ter um sistema bicameral ou unicameral é assunto interno de cada país. Ambos os sistemas existem no continen-

te. Outra coisa são naturalmente as funções que podem outorgar-se a Parlamento de uma ou de duas Câmaras e a forma como são eleitos os seus membros.

Por exemplo, uma Câmara no estilo corporativo de Mussolini, ou uma Assembléia do Povo, como a da Bolívia, não se ajustam a um regime democrático."

Outra reação — e esta mais veemente — foi a do Deputado Hector Valenzuela Valderrama, do Partido Democrata Cristão, do Chile, que, falando perante a Comissão, disse o seguinte:

"Há que apreender-se o verdadeiro sentido de uma proposição desse tipo. Se se trata de substituir um sistema bicameral pelo unicameral, deixando vigentes as atribuições do Parlamento, seria uma reforma importante, porém, formal. Para aceitar ou rejeitar a idéia, teríamos que ver previamente o próprio projeto.

Se, na intenção, não está envolvida uma questão de doutrina, o Chile pode ser tão democrático com uma ou com duas Câmaras. O outro sentido que pode dar-se à Câmara única é o de mudar-se o sistema institucional vigente. Temos o direito de pensar nisso, se estudarmos o programa da Unidade Popular. Ali se fala de algo mais distinto do que entendemos a maioria por Câmara Única. Trata-se de criar uma Assembléia do Povo que ponha fim à separação e independência dos Três Poderes. Essa Assembléia do Povo passa a ser geradora dos dois outros Poderes.

O Presidente da República perde suas atuais faculdades para administrar o País. O Poder Judiciário passa a depender da Câmara Única. Essa Câmara se colocaria na cúpula do Poder. Ademais, estaria integrada por representantes designados por sindicatos e outros grupos locais. O mandato dos parlamentares seria essencialmente revogável e dependeria desses grupos, com o que evidentemente perderiam sua independência. De acordo com o programa da Unidade Popular de uma questão técnica sobre um sistema unicameral ou bicameral; trata-se, sim, de modificar substancialmente todo o nosso regime político."

A terceira das aludidas contribuições, tivemos-la em moção da delegação brasileira, sob a inspiração do Sr. Presidente, o culto e sensato Deputado Geraldo Guedes, o qual, em face da complexidade do tema e atendendo aos comuns desejos de fortalecer a atividade parlamentar, propôs que as matérias voltassem a ser debatidas, na próxima reunião de Caracas, por uma Comissão Especial, perante a

qual cada delegação poderia apresentar completas e minuciosas informações sobre o Parlamento e a vida legislativa de seus respectivos países e se possibilitasse, no temário, o estudo das seguintes questões:

- 1 — Leis Orgânicas dos Partidos Políticos;
- 2 — Lei eleitoral;
- 3 — Lei interna dos Parlamentos e dos processos legislativos;
- 4 — Estatutos de Assessoria;
- 5 — Estatuto de Divulgação e de Comunicação;
- 6 — Pessoal administrativo-técnico do trabalho parlamentar;
- 7 — Outros assuntos correlatos."

Nesta fase dos trabalhos, o Senhor Tomás Pablo propôs a criação de um Fundo Especial destinado a financiar um estudo de caráter jurídico e sociológico acerca da realidade da instituição parlamentar nos países da América Latina. E, por indicação do Relator a esta proposição foi incorporada a da delegação brasileira.

Deixarei de enumerar as conclusões finais do trabalho do Senador Tomás Pablo, porque, de preferência, mandei datilografá-las para distribuir, como o faço agora, entre os colegas desta Casa.

E não quero concluir este relatório sem fazer referência especial a fatos e circunstâncias de nossa visita à capital chilena.

No dia 8, pela manhã, o Presidente Salvador Allende recebeu, no Palácio de La Moneda, todas as delegações, e nas palavras que lhes dirigiu, começou por dizer que o seu Governo é a expressão da vontade popular refletida nas urnas e ratificadas pelo Congresso Nacional. Daí a sua satisfação nesse contacto com parlamentares. Assinalou que o Programa que tem "como autor fundamental o povo. Ele o realizará sobre a base do respeito irrestrito, aos direitos que o povo tem conquistado e se representa na ampla liberdade de idéias, reuniões, associação e informação".

Ao referir-se aos processos políticos de outros países, ressaltou: "Sempre sustentaremos que cada povo tem a sua própria realidade e, frente a ela, devem adequar-se os caminhos que conduzem aos processos que o povo deseja. Os sonhos dos nossos patriarcas puderam — e este é um anelo nosso — converter-se em realidade, para que a América Latina tenha voz de povo unido e, portanto, possa fazer respeitar os seus direitos."

Quero ressaltar a lhana acolhida e a assistência que nos dispensou a Embaixada do Brasil, desde a recepção no aeroporto até à manhã do nosso regresso. O Embaixador Câmara Can-

to, secundado pelo Ministro Joaquim Serra e todo o corpo diplomático, inclusive duas gentis funcionárias, desvelaram-se, em nos proporcionar, em diligências e subsídios, a ajuda necessária ao melhor desempenho da nossa missão. E não podemos esquecer, num gesto de reconhecimento, a homenagem que ainda nos prestaram com um jantar nas próprias dependências da Embaixada.

Devo, por igual, destacar as expressões de cordialidade com que nos envolveram as outras delegações e, de modo geral, o povo de Santiago.

Quando daqui partimos, alguns colegas nos advertiram quanto à possibilidade de, nas reuniões, ouvirmos alusões desprimorosas à situação política do nosso País, visto que, noutros encontros de parlamentares da América Latina, assim ocorrera por mais de uma vez.

Não se efetivou, porém, tal vaticínio, senão exatamente o oposto. Em nenhum dos debates, quer na nossa comissão, quer na outra, ouviu-se qualquer expressão que nesse sentido pudesse ser entendida. E quando nas orações proferidas se fez referência ao Brasil foi justamente para aludir à sua grandeza sob determinados aspectos.

Também em nossos contactos com as autoridades e com o povo em nossas incursões pelo comércio, a nota dominante foi a cordialidade e a simpatia dos chilenos, confirmando-se o dito de um dos recepcionistas designados pelo Senado do Chile, de que, naquele país, a simples condição de ser brasileiro já vale por um passaporte.

Ora, Senhor Presidente, o estreitamento de tais tipos de relações vem sendo, na minha observação, uma das conseqüências mais flagrantes dos encontros promovidos pelo Parlamento Latino-Americano. Num mundo hoje dividido, e na nossa América também em vias de divisões ideológicas, é preciso, antes de tudo, que, pela via sentimental e pela intercomunicação cultural, cheguemos aos estados de espírito, às disposições de entendimento e de fraternidade, sem os quais será difícil a integração económica, política e cultural que se têm por escopo.

Todos sabemos que os ideais do Parlamento Latino-Americano são muito ambiciosos, porque perseguem a integração em quase todas as áreas da vida das nações do continente, e em todos os níveis dos Poderes que a regem ou controlam. Mas, a despeito de tudo isto, exemplos da História põem em evidência a força incoercível dos grandes ideais, e os seus êxitos em face da reação das rotinas, dos preconceitos e, em suma, das duras realidades dentro das quais se debatem os seus propugnadores.

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Danton Jobim — Peço desculpas por fazê-lo nesta hora em que V. Ex.^a encerra esse brilhantíssimo discurso-relatório mas é para que não deixe de figurar a minha voz entre aquelas que felicitaram, de início, logo, V. Ex.^a, por ter tido a idéia de prestar contas tão minuciosas do que se passou na reunião da União Parlamentar Interamericana de Santiago do Chile. Conheço bem o Chile e sei a grande admiração que lá se devota ao Brasil: uma espécie de sentimento difuso, vamos dizer assim, sem base em argumentos de ordem puramente racional, com base histórica, que faz com que o Brasil apareça no Chile, sempre como o grande amigo. Tenho a impressão, mesmo, que os resultados das últimas eleições não terão forças para modificar essa situação, sobretudo quando verificamos que o Chile está praticamente dividido: 50% está com o Presidente Allende, 50% ficou com os seus adversários. Estou certo, portanto, que tanto o Presidente Allende, como todos os políticos que a ele se opõem neste momento no Chile, comungam na mesma simpatia pelo nosso País. De maneira que V. Ex.^a teve a ventura agora de visitar uma nação que é profundamente amiga do Brasil. Estou certo de que as expressões que V. Ex.^a ouviu, no Chile, se repetirão, daqui a um, dois ou dez anos, quando V. Ex.^a novamente tenha a felicidade de visitar aquele país.

Mas, o que quero mesmo fazer, neste momento, é deixar as minhas felicitações aqui consignadas a V. Ex.^a, pelo brilho com que está se desincumbindo dessa tarefa que se impôs, de apresentar um relatório como esse, ao Senado, sobre a missão que dele recebeu. Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO SENA — As palavras de V. Ex.^a muito me comovem.

Um desses ideais, bem vimos, é o da reformulação em termos altos, e não de simples imposições de atitudes do Poder que aqui representamos. De uma reformulação, por isso mesmo, que parta daquele pressuposto de que a própria expressão "democracia representativa" é redundante, senão talvez necessariamente enfática; daquele pressuposto de que, conforme a primeira das conclusões do trabalho do Senador Tomás Pablo:

"todos os sistemas políticos contemporâneos que merecem o título de democráticos exibem a existência de um Parlamento dotado de efetivo poder e habilitado a cumprir de forma eficiente as suas funções. Neste sentido, a

inexistência do Parlamento ou a sua subordinação, são sintomas claros da vigência de um regime contrário à democracia. Por isto deve afirmar-se de modo veemente que, na própria medida em que

o regime democrático se caracteriza pelo peso, predomínio e representação da opinião pública nos processos de eleição dos órgãos do Estado e do cumprimento de suas funções, o Parlamento,

como o mais caro e genuíno representante dessa opinião pública, é condição *sine qua non* para existência de um governo do povo pelo povo e para o povo". (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional Número 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA	Cr\$ 7,00

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praça de Botafogo, 190 — Rio de Janeiro — GB ou SQS 104 — Bl. A — Loj. 11 — Brasília

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podéres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Parecer (DCN — 3-9-1970, pág. 530)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS, DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-9-70, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ÍNDICE GERAL: Apresentação — Composição do Tribunal

- Processos da competência do S.T.F. (Portaria nº 87)
- Índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (nºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas nºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas,
organizado por Jardel Noronha
e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20